

REVISTA abnee

Associação Brasileira da
Indústria Elétrica e Eletrônica

Ano XV - Nº 76 - maio/2014



Produtividade: a chave para o crescimento

Livre Opinião

Neutralidade da rede: desafios a enfrentar | Pág. 40



28ª Feira Internacional
da Indústria Elétrica,
Eletrônica, Energia
e Automação

RESERVE SEU ESPAÇO PARA FIEE 2015!

INFORMAÇÕES: 3060-4913 | INFO@FIEE.COM.BR

ESTAMOS PREPARANDO MUITAS NOVIDADES!

DE 23 A 27 DE MARÇO DE 2015
ANHEMBI • SÃO PAULO • SP
www.fiee.com.br

Apoio
Oficial:



Organização
e Promoção:



em foco

Análise de relatórios de P&D em atraso será feita pelo CTI

PÁGINA 04



editorial

Produtividade: a chave para o crescimento

PÁGINA 10

reunião plenária

Abinee debate a implantação do eSocial

PÁGINA 12



especial

Rumo à universalização digital

PÁGINA 16

lei de informática

Prorrogação e aperfeiçoamento

PÁGINA 22



700 MHz

Testes apontam convivência entre o LTE e TV Digital

PÁGINA 25

setor elétrico

Desafios de curto, médio e longo prazos

PÁGINA 28



livre opinião

Carlos A. Afonso

Neutralidade da rede: desafios a enfrentar

PÁGINA 40



MAIO DE 2014
NÚMERO 76

AS CORRESPONDÊNCIAS PARA A REVISTA DEVEM SER ENCAMINHADAS À REDAÇÃO VIA CORREIO OU E-MAIL. AO EDITOR É RESERVADO O DIREITO DE PUBLICAÇÃO DE PARTE OU ÍNTEGRA DAS MENSAGENS. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS PUBLICADOS NESTA EDIÇÃO DESDE QUE CITADA A FONTE OU AUTORIA. AS OPINIÕES EXPRESSAS E MATÉRIAS PUBLICADAS NA COLUNA DAS ASSOCIADAS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES.

Publicação bimestral da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - Abinee

CONSELHO EDITORIAL

HUMBERTO BARBATO
DÁRIO BAMPA
FABIÁN YAKSIC
CARLOS CAVALCANTI

EDITOR

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA - MTb 12.723
ZECARLOS@ABINEE.ORG.BR

REDAÇÃO

JEAN CARLO MARTINS - MTb 48.950
RENATA NOGUEIRA SILVESTRE - MTb 63.833

PUBLICIDADE

CÁSSIA BARALDI
CASSIA@ABINEE.ORG.BR

FOTOS

ARQUIVO ABINEE

REVISÃO

ROSÂNGELA DARIVA

PRODUÇÃO GRÁFICA

MORGANTI PUBLICIDADE - WWW.MORGANTI.COM.BR

IMPRESSÃO E CTP

DUOGRAF

TIRAGEM

6.000 EXEMPLARES



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA

Av. PAULISTA, 1313 - 7º ANDAR - 01311-923
PABX: 55 11 2175.0000 - FAX: 55 11 2175.0090
www.abinee.org.br

Análise de relatórios de P&D em atraso será feita pelo CTI

Em reunião realizada no dia 20 de maio, na **Abinee**, o coordenador geral de tecnologia da informação da Secretaria de Política Industrial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Sepin/MCTI -, **Adalberto Barbosa**, apresentou a nova iniciativa da pasta, com vistas a solucionar o passivo da análise dos relatórios de P&D, atrasados de 2006 a 2012.



Segundo ele, foi contratado o serviço do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), ligado ao MCTI, para analisar, até maio de 2016, o legado correspondente a 1.900 relatórios.

Na abertura do evento, o diretor da área de informática da **Abinee**, Hugo Valério, expôs as apreensões do setor sobre os critérios de análise, a partir da terceirização. Também destacou a preocupação sobre a consideração da temporariedade dos projetos antigos quando analisados agora, além da confidencialidade e conflito de interesses, uma vez que o CTI também é um instituto participante do processo.

Em sua exposição, Adalberto Barbosa destacou que os pontos apresentados por Hugo Valério estão sendo considerados no processo de análise que será feito pelo CTI. Para ele, a contratação do instituto - após questionamentos da Controladoria Geral da União sobre a gestão da Lei de Informática - foi o caminho mais rápido encontrado para a solução dos passivos existentes. “Temos procurado caminhos para resolver o problema e a ampliação dos recursos humanos da Sepin, poderia não solucionar, resultando na mesma situação de antes”, afirmou. Barbosa acrescentou que a experiência do CTI no processo de análise no âmbito

do programa CERTICS - Certificado de Tecnologia e Inovação para Software -, pode ser utilizada a favor no caso dos relatórios de P&D da Lei de Informática.

No momento, o CTI está desenvolvendo a metodologia e procedimentos para automatizar e informatizar o processo de análise. O

software criado será posteriormente utilizado pela Sepin. O representante da secretaria afirmou que, em paralelo ao trabalho do CTI, a Sepin também analisará os relatórios, com menor complexidade. “Dessa forma, como o contrato é de um total de 1.900 relatórios, serão analisados, também, os relatórios de 2013 e 2014, para que estes não se tornem um passivo amanhã”. Sobre este tema, será agendada uma reunião em junho, entre a **Abinee**, Sepin e CTI, para possíveis contribuições por parte do setor eletroeletrônico.

Durante a reunião, Adalberto Barbosa, acompanhado de técnicos da Sepin, também apresentou os procedimentos para preenchimento do Relatório Demonstrativo Anual, base 2013, com destaque para a introdução da modalidade Relatório Simplificado no Sigplani, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 33 do Decreto 5906/06, que atendeu a pleito da **Abinee**. Neste caso, a empresa deverá declarar explicitamente apenas os dispêndios com os incisos I a III do Art. 25, Decreto 5906/2006.

Os investimentos enquadrados nos demais incisos deste artigo serão considerados de forma conjunta em um único dispêndio, calculado como 20% do total do valor dos dispêndios com os incisos I a III, no caso de projetos próprios, e 30% no caso de projetos realizados em convênio com instituições de ensino e pesquisa credenciadas pelo CATI.

Abinee debate logística reversa em audiência no Senado

O diretor da área de sustentabilidade da Abinee, André Luís Saraiva, participou no dia 9 de abril de audiência pública da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos do Senado Federal (CMARS), em Brasília, para debater os sistemas de logística reversa implantados e os sistemas dependentes de acordos setoriais. O convite para a participação da Abinee foi feito pelo Senador Cícero Lucena, presidente da Subcomissão, criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.



Ana Paula Bernardes da Silva, (Abividro); André Luís Saraiva, Abinee; Senador Cícero Lucena; Zilda Veloso (MMA); Lauro Moretto, (Sindusfarma-SP)

MP 627: Publicada Lei 12.973 que altera legislação tributária

Foi publicada, no Diário Oficial da União, do dia 14 de maio, a Lei 12.973/14, que converte a Medida Provisória nº 627, trazendo grandes e profundas alterações para a legislação tributária federal do IRPJ, da CSLL e do PIS e da COFINS, com a introdução de novos regimes de apuração aplicáveis ao lucro real, presumido e arbitrado.

A Lei também revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), criado para que a migração para as regras internacionais de contabilidade fosse feita de forma gradual. Os efeitos da legislação serão aplicados a partir de 2015. A complexa



e polêmica Lei altera a tributação federal e impõe um novo sistema fiscal para adequação da legislação às normas internacionais de contabilidade.

As empresas e profissionais que lidam com o tema devem estar em alerta para adequar-se aos novos regimes e evitar as penalidades por erros no cumprimento de obrigações tributárias.

Para orientar as indústrias do setor eletroeletrônico sobre o assunto, a Abinee promoveu, no dia 21 de maio, a Palestra MP 627 - Novas regras de Apuração de Tributos, oportunidade na qual as empresas puderam tirar suas dúvidas sobre a nova medida.



Agilent Technologies

Grupo de Teste e
Medição Eletrônica da Agilent

**Keysight
Technologies**



O Grupo de Teste e Medição Eletrônica da Agilent, incluindo seus 9.500 funcionários e seus 12.000 produtos, se tornará **Keysight Technologies**.

Veja mais em www.keysight.com.br

Força Sindical da Região Norte apoia prorrogação da Lei de informática

O presidente da **Abinee**, Humberto Barbato, recebeu, em abril, uma comitiva de presidentes da Força Sindical dos estados da região Norte do país, liderada pelo secretário de relações institucionais da entidade, Carlos Lacerda. Na oportunidade, a comitiva apresentou seu apoio à prorrogação da Lei de Informática por mais 10 anos.

Participaram da reunião os presidentes da Força Sindical Francisco de Assis Pinto Rodrigues (Rondônia), José Nilton Pereira da Silva (Roraima), Ivo Borges de Freitas (Pará), Luiz Anute dos Santos (Acre) e Manoel de Souza (Mato Grosso), que empenharam sua contribuição à proposta da **Abinee**.

Os sindicalistas informaram que iniciariam uma campanha de conscientiza-



ção, em Brasília, sobre a importância da prorrogação da Lei de Informática, bem como dos 50 anos da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Finame: BNDES lança novo Portal para credenciamento



Abinee recebeu representantes do BNDES para falar sobre o novo Portal de credenciamento de produtos no Finame. Thiago de Holanda e

Carlos Guimarães, ambos do Departamento de Credenciamento de Fabricantes de Máquinas, Equipamentos e Sistemas do BNDES, informaram que o Portal tem o objetivo de tornar os processos mais dinâmicos e produtivos.

O encontro foi dividido em duas etapas: no período da manhã, foi feita apresentação da nova ferramenta. Na parte da tarde, foram demonstradas as adaptações na planilha de cálculo do índice de nacionalização para credenciamento de produtos com PPB no Finame, que está disponível no site do BNDES.

Minicom apresenta ações adotadas pela pasta



Paulo Castelo Branco, Humberto Barbato e José Gustavo Gontijo

O secretário de Telecomunicações, Maximiliano Martinhão, e o diretor do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia, José Gustavo Gontijo, ambos do Ministério das Comunicações (Minicom), participaram, em 16 de abril, de reunião da área de telecomunicações da Abinee, onde abordaram as recentes ações e as próximas medidas a serem adotadas pela pasta.

Na abertura, o presidente da Abinee, Humberto Barbato, destacou a importância do diálogo com o Minicom para resolver os entraves de investimentos na área de telecomunicações. “Hoje, temos uma grande capacidade de desenvolvimento na área de terminais, e a infraestrutura tem que reagir no mesmo ritmo”, disse.

Maximiliano Martinhão afirmou que compartilha das preocupações externadas por Barbato, e que o Ministério tem buscado alternativas para o aumento de investimentos para construção de rede no país. O secretário ressaltou que é preciso fazer uma reflexão sobre as ações adotadas pelo Minicom nos últimos anos para avaliar os resultados e trabalhar no aperfeiçoamento dos mecanismos. Uma de suas preocupações diz respeito à prorrogação da Lei do Bem, que vence em dezembro deste ano.

Gustavo Gontijo fez um resumo das principais iniciativas adotadas pelo Minicom, que, segundo ele, vão ao encontro dos interesses das indústrias, pois foram construídas à base do diálogo. Ele apresentou algumas das medidas dentro do escopo do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

Na área de infraestrutura - segundo Gontijo - foram alocados R\$ 719 milhões em aporte de capital (R\$ 320 milhões já investidos em backbone, sendo R\$ 65 milhões para a Copa do Mundo). Gontijo salientou, ainda, o programa Inova Telecom, que gerou uma demanda de investimentos da ordem de R\$ 7,5 bilhões, mostrando a disposição do setor em inovar. Em termos regulatórios, ele abordou os leilões de licitação das faixas de frequência de 2,5 GHz (4G) e de 450 MHz.

Sobre os próximos passos, Maximiliano Martinhão destacou a elaboração do PNBL 2.0, que deve ser lançado em breve, contemplando metas até 2022, e através do qual o governo quer levar o serviço de banda larga a 90% dos municípios brasileiros. A proposta, segundo ele, é incentivar, por meio de desonerações, a instalação de banda larga móvel em regiões fora dos grandes centros, que, por sua vez, serão conectados por fibra ótica.

Ao final da reunião, o diretor da área de telecomunicações da Abinee, Paulo Castelo Branco, reforçou que, devido à expansão de dispositivos como *tablets* e *smartphones*, a pressão sobre a rede cresce de forma vertiginosa. “Por isso é preciso expandir a infraestrutura de rede com mais celeridade para atender a estas demandas de tráfego”, concluiu.

Setor abre 1.850 vagas no primeiro trimestre de 2014

Dados da **Abinee** apontam que nos três primeiros meses de 2014 as indústrias do setor eletroeletrônico abriram 1.850 novos postos de trabalho. Este resultado é 44,7% menor do que o número registrado no mesmo período do ano passado, quando foram admitidos 3.350 trabalhadores.

Segundo o levantamento, o setor encerrou o mês de março com 179.710 empregados diretos, que é 3,55% inferior ao total registrado em março de 2013 (186.320).

Evolução do número de empregados diretos do setor				
	2013		2014	
	Contratados	Total do Setor	Contratados	Total do Setor
Janeiro	1.040	184.010	740	178.600
Fevereiro	1.360	185.370	810	179.410
Março	950	186.320	300	179.710
Totais	3.350	-	1.850	-

Setor eletroeletrônico prevê perdas em função da Copa do Mundo

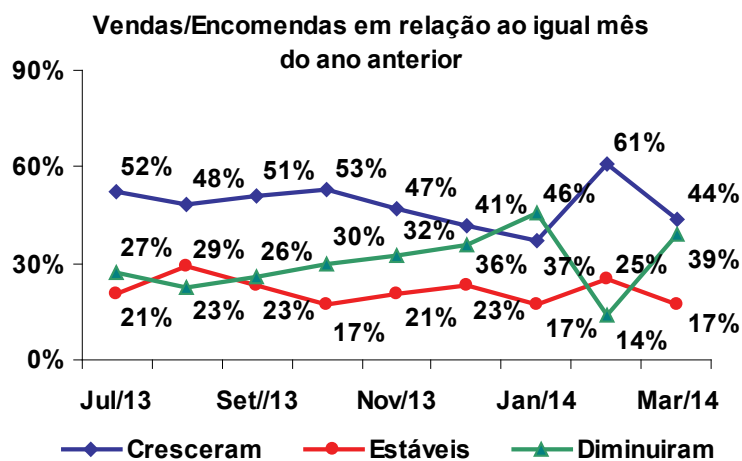
Levantamento realizado pela **Abinee** apontou que 58% das empresas do setor eletroeletrônico estão prevendo perdas em sua produção por conta dos horários diferenciados previstos no calendário de jogos da Copa do Mundo no Brasil.

A pesquisa também identificou que apenas 33% das empresas estão preparando jornada especial neste período, numa tentativa de amenizar as perdas.

Sondagem Abinee aponta retração em março

Sondagem realizada pela **Abinee**, após ter verificado resultados mais otimistas em fevereiro, voltou a mostrar indicadores menos favoráveis no mês de março de 2014, assim como ocorreu nos últimos meses do ano passado e em janeiro deste ano.

A pesquisa apontou queda de 61% para 44% no total de entrevistados que registraram crescimento nas vendas/encomendas em relação a março de 2013. Ao mesmo tempo em que aumentou de 14% para 39%, o número de empresas que verificou queda.



Produtividade: a chave para o crescimento

As perspectivas para a indústria continuam sombrias. Pelo menos até 2016 - o mais longe que os olhos alcançam com alguma nitidez - não existem estimativas que indiquem aumento vigoroso da produção industrial ou da participação da indústria no PIB.

Concretamente, a indústria ainda não se recuperou do rastro negativo deixado pela crise financeira de 2008, que se associou aos desequilíbrios estruturais internos.

Em outras palavras, é possível afirmar que as distorções internas (instabilidade cambial, precariedade da infraestrutura, juros escorchantes, custo tributário elevado, etc.) potencializaram os problemas decorrentes da crise mundial.

Do contrário, a produção da indústria já teria recuperado o nível anterior à crise, como observado em várias nações latino-americanas (Peru, Chile, Colômbia).

Excetuando-se, portanto, o crescimento industrial de 2010 (10,2%), em razão da fraca base de comparação, os anos posteriores foram de retração ou contido progresso: 0,4% em 2011; -2,3% em 2012 e 2,3% em 2013.

Para 2014, as previsões permanecem comedidas, com variações esperadas inferiores a dois pontos percentuais de crescimento.

Com este retrospecto, torna-se evidente que a economia brasileira enfrenta severas restrições estruturais ao crescimen-

to, fruto das distorções que se acumularam ao longo dos últimos anos.

É voz corrente no meio empresarial que se nada for feito, a tendência será de baixo crescimento, com agravamento do processo de desindustrialização.

As razões para explicar a situação da nossa economia são o declínio da taxa de investimento - a partir dos anos 80 - e a espantosa queda de produtividade industrial no período recente.

De um lado, a baixa capacidade de investimento no Brasil é dada pelas despesas de custeio do governo, que correm



Eduardo Reita

mais do que o PIB, não permitindo folga fiscal para que ocorram novos e maiores investimentos públicos. O próprio PAC já se mostrou insuficiente para promover a expansão dessa conta. De outro lado, a crise de confiança, que afeta os empresários, trava as decisões de investimento.

Neste sentido, uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que o nível de confiança da indústria caiu, em março, ao menor patamar desde junho de 2009.

Os resultados de abril sinalizam continuidade do período de desaceleração do ritmo de atividade industrial, sem perspectivas, por ora, de reversão de tendência.

Comparado a outras nações, os investimentos enfrentam tantos obstáculos burocráticos e políticos no Brasil que causa surpresa o interesse dos investidores externos.

Estes elementos redundam na sofrível taxa de investimentos em infraestrutura. Estudos demonstram que recursos direcionados para esta área têm um papel essencial no crescimento, o que não tem acontecido no caso da economia brasileira. Isso explica, em grande parte, a baixa produtividade do país.

Além do fator da infraestrutura, existe um segundo aspecto que afeta a produtividade da indústria brasileira. Refiro-me à persistente valorização da taxa de câmbio.

Mais de uma década de valorização cambial, ampliando a concorrência externa em território nacional, produziu forte desestímulo ao “espírito animal” dos empresários.

Por que investir em inovação e em novas tecnologias se as dificuldades diminuem ao se transformar em importador? Como ampliar escalas se a presença dos

bens importados é crescente? Porque capacitar funcionários se o que deve prevalecer é o vendedor fora da fábrica? Porque cobiçar aumento da rentabilidade se o câmbio regula as margens?

“Mais de uma década de valorização cambial, ampliando a concorrência externa em território nacional, produziu forte desestímulo ao ‘espírito animal’ dos empresários”

Em um contexto de persistente valorização, é ilusório imaginar que aumentos de escala sejam mantidos por muito tempo. É difícil acreditar que o setor de serviços será capaz de gerar as oportunidades de emprego de qualidade para absorver a mão-de-obra urbana, gerar as externalidades positivas sobre a economia como um todo, bem como produzir o aumento contínuo da produtividade.

Não é possível crer, também, que o superávit agrícola compensará sempre o elevado déficit comercial dos manufaturados. Em algum momento, por razões externas ou internas, não haverá soja, açúcar ou milho suficientes para assegurar as crescentes importações de produtos do setor eletroeletrônicos, cujo déficit deverá ultrapassar US\$ 40 bilhões este ano.

Portanto, a produtividade industrial carece de uma revolução, desde que condicionada a uma orientação de política econômica para esse fim.

Caso contrário, o aprofundamento da desindustrialização nos aguarda. Sobrará para nós, então, assistir aos avanços dos nossos concorrentes, enquanto nos resignamos ao atraso.

Abinee debate a implantação do eSocial

Em reunião Plenária da Abinee, realizada em 8 de maio, o Assessor Jurídico da **Abinee**, Denis Chequer Angher, apresentou o eSocial - Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas -, esclarecendo a obrigatoriedade de sua implementação e a necessária alteração das rotinas trabalhistas e previdenciárias das empresas.

Segundo ele, o eSocial é um projeto do governo federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados. Em um sistema único, serão consolidadas todas as informações trabalhistas (administrativas e judiciais), previdenciárias e fiscais dos empregados e prestadores de serviços - mesmo os autônomos.

Os principais objetivos do eSocial são: viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; simplificar o cumprimento de obrigações; e aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais.

“O eSocial é uma obrigação para todas as empresas, que não terão como se desvencilhar. É um sistema que veio para ficar”, afirmou Denis Angher. Ele alertou ainda, para os desafios das empresas durante o processo de implantação. Será necessária integração total das áreas fiscal, de RH e jurídica. Igualmente, deverá haver definição das áreas ou pessoas responsáveis pelo eSocial, além da mudança de comportamento de todas as áreas das empresas, principalmente do RH.



Denis Chequer Angher

O eSocial substituirá os seguintes documentos: RAIS (Relação Anual de Informações Sociais); CAGED (Cadastro Anual de Empregados e Desempregados); DIRF (Declaração do Importo de Renda Retido na Fonte); GFIP (Guia de Recolhimento INSS e FGTS); FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A obrigação de prestar as informações obedecerá um cronograma escalonado. Empresas tributadas pelo Lucro Real deverão iniciar a partir de outubro de 2014, e as empresas tributadas pelo Lucro Presumido e pelo Simples Nacional, deverão iniciar em janeiro de 2015.

Para o presidente da **Abinee**, Humberto Barbato, diante da complexidade para implementação, os pontos do eSocial que ainda geram dúvidas e preocupações devem ser debatidos pelas entidades representativas tanto dos empregadores como dos trabalhadores. “Se for necessário, apresentaremos propostas de aperfeiçoamento do Ato Declaratório para que não haja prejuízos às empresas”, concluiu Barbato.

Lei Anticorrupção e Compliance

Na reunião da Diretoria Plenária da Abinee de 8 de maio, a advogada Roberta Pêgas, diretora Jurídica e Compliance para América Latina da empresa Invensys/Schneider Electric, apresentou os aspectos gerais da Lei Anticorrupção, nº 12.846/2013

Em vigor desde janeiro deste ano, a medida dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos, em especial os de corrupção, contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

Destacando a importância da lei como forma de reverter a posição do Brasil no índice de percepção da corrupção 2013, realizado pela organização Transparência Internacional, que coloca o país no 72º lugar, entre 177 pesquisados, Roberta afirmou, no entanto, que muitos pontos ainda carecem de esclarecimentos. “A nossa legislação possui lacunas, que exigem regulamentação federal”.

Na oportunidade, a advogada apresentou os atos lesivos - praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira - con-

tidos na Lei. “Metade das infrações dizem respeito à contratação pública”, ressaltou. Entre os atos lesivos estão, entre outros: frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente; impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

Segundo Roberta, um ponto que tem gerado grande discussão na lei é a competência difusa de quem está apto a abrir um processo de investigação. Nos casos envolvendo a administração pública estrangeira, fica a cargo da Controladoria Geral da União. Nos demais casos, cabe à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. “Esperamos que a regulamentação esclareça este aspecto”, afirmou.

Como atenuantes, a lei anticorrupção traz a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica. “Neste sentido, o compliance é a nossa defesa. E temos que fazer valer este recurso”, salientou. Ela acrescentou que não basta a empresa ter um código de condutas - tem que colocá-lo em prática.



Roberta Pêgas



ISC BRASIL 2015

10ª FEIRA E CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DE SEGURANÇA

FAÇA PARTE DO MAIS COMPLETO EVENTO DO SETOR DE SEGURANÇA



EXPO CENTER NORTE

PAVILHÃO VERDE
SÃO PAULO • BRASIL

**10 A 12
DE MARÇO DE 2015**

RESERVE JÁ SEU ESPAÇO

+55 11 3060-4995 • comercial@iscbrasil.com.br

www.iscbrasil.com.br

Apoio Oficial:



ASOCIACION
LATINOAMERICANA
DE SEGURIDAD



SECURITY INDUSTRY ASSOCIATION

Organização e Promoção



Apesar da lei anticorrupção não definir os parâmetros mínimos de compliance, Roberta Pêgas elencou os 10 pontos principais de um programa estruturado a partir das exigências existentes nas principais legislações anticorrupção no mundo, a Convenção da OCDE, a lei inglesa *Uk Bribery Act* e a norte-americana *US FCPA (Foreign Corrupt Practices Act)*.

“O principal elemento que deve constar num programa de compliance é elevar o nível de exigência ao patamar de tolerância zero”, afirmou.

A empresa também deverá ter políticas e procedimentos, como código de ética; treinamento de pessoal; canal de denúncias; investigações internas; revisão e monitoramento constantes e a tomada de ações disciplinares. “Compliance não é só um dever do profissional ou dos diretores de uma empresa, é dever de todos dentro da companhia”, completou.

Ao final da exposição da advogada Roberta



Hugo Valério, Humberto Barbato e Paulo Castelo Branco

Pêgas, o presidente da **Abinee**, Humberto Barbato, propôs a criação de um grupo na **Abinee** para avaliar os pontos mais preocupantes da lei, que têm importância significativa para as empresas do setor eletroeletrônico que fornecem para órgãos públicos.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL APRESENTA PROGRAMA PAEX

Com o objetivo de incrementar a competitividade e resultados das empresas, o gerente regional de projetos da Fundação Dom Cabral (FDC), Felipe Fragelli, acompanhado do gerente de projetos, Gustavo Camargo, apresentou o programa PAEX - Parceiros para a Excelência -, em Reunião Plenária da **Abinee**.

O programa da instituição, visa reunir empresas de médio porte em busca da implementação de um modelo de gestão com foco em melhoria de resultados e aumento de competitividade. “Com um grupo de professores da FDC, altamente capacitados, conseguimos avaliar um problema pelo qual passa a empresa e encontramos, juntos, as possibilidades para solucionar a questão. O PAEX tem começo, meio e fim. Ensinamos a empresa a pescar”, afirmou.

Através da construção gradativa de conhecimento e do intercâmbio de experiências, os participantes discutem seus modelos de gestão, e o PAEX coloca em prática ferramentas gerenciais e estratégicas. Os resultados aparecem, a médio e longo prazos, através do realinhamento da estratégia de cada empresa e com avaliações gerenciais mensais para mensurar o progresso dos negócios.

Mais informações sobre o PAEX pelos e-mails felipe.fragelli@fdc.org.br e gustavo.camargo@fdc.org.br



Gustavo Camargo e Felipe Fragelli

Assista aos vídeos da Plenária no canal Abinee no YouTube
www.youtube.com/canalabinee

Rumo à universalização digital

Um conjunto de medidas governamentais e dinamismo do mercado de TIC fazem com que o Brasil amplie a disponibilidade de acesso instantâneo à tecnologia. A manutenção de ações e programas de desoneração pode garantir a inclusão de milhões de brasileiros ainda à margem da era digital

Os números são incontestes e não deixam dúvidas de que os brasileiros estão cada vez mais conectados. Segundo a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações -, o Brasil encerrou 2013 com 271 milhões de linhas ativas em telefonia móvel. A teledensidade alcançou 136 acessos móveis para cada grupo de 100 brasileiros.

O número de computadores em uso dobrou em quatro anos. Era de 50 milhões de aparelhos em 2008. Passou para 99 milhões em 2012. Um computador para cada dois brasileiros, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas. Até o final de 2014, o país terá 140 milhões de aparelhos - ou duas máquinas para cada três habitantes -, prevê a FGV. Em 2017, a relação será paritária - um computador por habitante.

Para se atingir este estágio, foi necessária uma série de ações envolvendo governo, empresários e acadêmicos, visando atender um mercado formado por milhões de brasileiros ávidos por tecnologia. Medidas como a Lei de Informática, Lei do Bem, Plano Nacional de Banda Larga representam um arcabouço legal efetivo que criou condições propícias para o desenvolvimento do setor de TICs e para que o país pudesse promover a inclusão digital de grande parte de sua população.

O pilar da indústria de TICs

A Lei de Informática é um dos exemplos mais bem-sucedidos de política industrial, elaborada e mantida pelo Estado brasileiro desde o início da década de 1990 até os dias atuais. A Lei 8248/91 e sua congênere para a Zona Franca de Manaus (Lei 8387/91) constituem o arcabouço legal que permite, ao lado de outros marcos legais igualmente importantes, situar o Brasil na Era da Informação e do Conhecimento vivida hoje em escala planetária.

Conforme destacado em recente estudo elaborado pela **Abinee**, a Lei de Informática é orientada para conceder vantagens aos produtos eleitos e não às empresas em si. Dessa forma, os beneficiários diretos da Lei são os clientes das indústrias, cujos produtos são incentivados com a redução de impostos. A vantagem que a indústria auferir é poder contar com produtos mais competitivos no mercado interno.

Outro elemento fundamental da Lei de Informática é sua contribuição para os investimentos em P&D, que propiciaram, a partir da criação de novos centros de pesquisas, um ambiente de desenvolvimento tecnológico no país. Somente os 20 principais institutos de pesquisa e desenvolvimento reúnem 23 mil colaboradores, dos quais 14 mil graduados, 4 mil com MBA, 3 mil mestres e 243 doutores.

A Lei contribuiu, também, para a atração de empresas da área de TIC no país e tem sido

determinante para alçar o Brasil à condição de quarto mercado mundial nesta área, com um volume de investimentos que devem atingir 175 bilhões de dólares, em 2014.

Além destes aspectos, o país passou por uma transformação ao longo dos anos, informatizando de forma ampla sua economia, passando por sistemas de automação industrial, bancária, comercial, equipamentos médicos entre outros. “Isto gera uma maior eficiência na gestão pública, em processos industriais e comerciais e na disponibilidade de serviços”, diz o diretor do Grupo Setorial de Automação Comercial da **Abinee**, Marco Antônio Dias.

Formalização do mercado

Há 10 anos, porém, apesar dos avanços trazidos pela Lei de Informática, o panorama do mercado de computadores pessoais era alarmante. Em 2004, os montadores ilegais abocanhavam 73% das vendas no país, saindo de uma representação de 38%, em 1996.

A situação, além de prejudicar o desempenho das empresas legais, afetava também o consumidor brasileiro que adquiria um equipamento de qualidade duvidosa e, ainda, afetava o País com a perda de empregos e arrecadação de impostos. Estimativas indicavam que o governo deixava de arrecadar R\$ 1,5 bilhão ao ano.

Em 2005, este quadro adverso começou a se reverter, tendo como marco a implementação da Lei do Bem (nº 11.196/05). A medida, que isentou do PIS/COFINS os computadores (de até R\$ 4.000,00), permitiu a redução dos preços dos equipamentos, o aumento da produção e, principalmente, o aumento da formalidade no segmento. Mesmo com a desoneração de um tributo, o governo continuou arrecadando, pois aumentou a base de contribuinte a partir da diminuição da informalidade.

As isenções de impostos associadas à Lei do Bem e Lei da Informática e as iniciativas

NOVA UNIDADE JABIL DE MANUFATURA EM SÃO PAULO



A Jabil está abrindo uma nova unidade de manufatura em Valinhos, no interior de São Paulo. Cerca de US\$ 20 milhões serão investidos nos próximos 4 anos para oferecer mais uma instalação com padrão de qualidade global da Jabil aos clientes de EMS (Electronic Manufacturing Services).

A unidade de Valinhos irá complementar as operações de manufatura da Jabil em Manaus/AM e Belo Horizonte/MG. Juntas, as três unidades trabalharão na oferta diversificada de soluções de manufatura integrada, otimização de custos com impostos e tributos, e agilidade em serviços logísticos.

A Jabil provê suporte aos clientes para estruturação da cadeia de manufatura e suprimentos, tornando-a mais ágil, econômica e eficiente. Nenhuma outra empresa do setor de EMS oferece soluções tão completas como as fornecidas pela Jabil Brasil.

175.000
FUNCIONÁRIOS

+92 Instalações
EM 24 PAÍSES

3 Localidades no Brasil
MANAUS, BELO HORIZONTE E VALINHOS

+2,2 Milhões
METROS QUADRADOS

US\$ 18.3 Bilhões
FATURAMENTO FISCAL 2013



Siga-nos online: www.jabil.com



JABIL

de intensificação da fiscalização têm trazido resultados, verificou-se uma acentuada diminuição na participação dos computadores comercializados no mercado cinza.

Segundo o diretor da área de informática da **Abinee**, Hugo Valério, os programas de desoneração de bens de tecnologia como Lei de Informática e Lei do Bem são vitais para a inclusão digital no Brasil. “Esta combinação de desonerações tributárias propiciou uma grande formalização deste setor, que sofria muito com a informalidade, mudando o cenário de um mercado cinza e elevando o volume de produção brasileiro de quatro milhões de computadores em 2004 para os atuais 22 milhões de unidades, segundo dados do IDC”, diz.

Hugo Valério afirma, também, que os bens de tecnologia são hoje ferramentas de eficiência para as empresas e indivíduos, propiciando maior competitividade aos que as utilizam, razão da importância da inclusão digital dos brasileiros para um Brasil mais competitivo.

Corroborando esta avaliação, o vice-diretor da área de informática, Irineu Gouvêa, ressalta que a redução nos preços, obtida com a desoneração tributária, é integralmente repassada aos consumidores, contribuindo, assim, para a expansão das vendas dos equipamentos de informática.

A vez dos smartphones

Em abril de 2013, o Decreto Nº 7.981 regulamentando a Lei nº 12.715/2012, incluiu os smartphones e roteadores na Lei do Bem. A inclusão destes produtos entre os itens beneficiados atendeu a pleito da **Abinee**, visando a produção e o desenvolvimento de tecnologia no país.

Segundo dados da IDC Brasil, o mercado de smartphones no país atingiu 16 milhões de unidades em 2012. Em 2013, a comercialização ultrapassou 35 milhões de aparelhos. Os números da IDC projetam que, ao final deste ano, as vendas dos smartphones deve-



Hugo Valério



Marco Antônio Dias



Paulo Castelo Branco



Humberto Barbato



Luiz Cláudio Carneiro



Irineu Gouvêa

rão atingir a marca de 46 milhões de unidades, o que representará 70% do mercado total de celulares no Brasil, superior a média mundial de penetração de smartphones, que é de 59%.

O diretor do grupo setorial de celulares da **Abinee**, Luiz Cláudio Carneiro, destaca que o aparelho celular é hoje o bem de consumo com maior penetração na população

brasileira e já é a principal porta de entrada para a internet para milhões de pessoas. “Para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o uso do telefone celular e o acesso à Internet são ferramentas fundamentais, não só para a inclusão digital, bem como para o combate à pobreza, devido à sua portabilidade, ampla diversidade de aplicações e funcionalidades de baixo custo”, afirma.

Carneiro ressalta que a inclusão dos smartphones na Lei do Bem teve impactos extremamente positivo para o incremento da inclusão digital da população brasileira. “Pouco depois de um mês após a lei entrar em vigor, os aparelhos tiveram uma redução de preço de aproximadamente 30%, três vezes superior à redução do PIS/COFINS de 9,25%. Com isto o crescimento da participação dos smartphones no mercado deu um grande salto, ultrapassando os aparelhos tradicionais”, observa.

Somado a este aumento de vendas, a contrapartida de um pacote mínimo de aplicativos desenvolvidos no país aumentou as oportunidades para os desenvolvedores

locais e deu significativo impulso à produção de aplicativos nacionais, com características e funcionalidades que atendem aos desejos dos brasileiros.

Acesso mais rápido

Com a expansão da venda de dispositivos eletrônicos, a necessidade de ampliação do serviço de banda larga se faz cada vez mais presente. Neste sentido, foi lançado, em 2010, o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) com o objetivo de massificar a oferta de acessos de internet banda larga para a população.

Para cumprir a meta de chegar a 40 milhões de domicílios conectados à rede mundial de computadores em 2014, o programa se estende em diversas frentes, sendo uma combinação de investimentos governamentais em infraestrutura de redes e P&D (Inova Telecom, Telebras, GESAC, Telecentros Comunitários, Cidades Digitais e outros), regulação que visa o aumento da competitividade da indústria brasileira e a redução tributária.

Sobre o aspecto fiscal, a desoneração de impostos federais, no escopo do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPBNL), deverá chegar a R\$ 3,8 bilhões, até 2016. Esta iniciativa prevê a desoneração de impostos e contribuições federais sobre a construção de redes de telecomunicações de internet banda larga.

Os resultados destas ações não são poucos. A disponibilidade de banda larga móvel apresentou um salto de 824 municípios atendidos, em dezembro de 2010, para 3.190, em dezembro de 2013. Neste mesmo período, o número de acessos passou de 20,6 milhões para 101,8



milhões. Estes números representam crescimentos de 368%, no total de cidades cobertas, e 567%, em acessos.

Segundo Paulo Castelo Branco, diretor da área de telecomunicações da **Abinee**, é característica do Brasil onerar com tributos os investimentos produtivos. Ele afirma que especialmente nas telecomunicações, tanto os investimentos em infraestrutura quanto a prestação dos serviços são altamente onerados. “Assim, o plano de negócios de quem investe em redes e nos serviços fica mais difícil de tornar-se rentável, e resulta em serviços mais caros para o usuário”, diz.

Castelo Branco salienta que as desonerações existentes, tais como Lei de Informática, Lei do Bem e o REPNBL, são importantes para tornar o plano de negócios de toda a cadeia de fornecimento de equipamentos mais parecido com a situação em outros países. “Isso permite que mais cidadãos sejam incluídos nos serviços digitais”, completa.

Em processo de elaboração, o governo deve lançar, em breve, o PNBL 2.0, contemplando metas até 2022, e através do qual o governo quer levar o serviço de banda larga a 90% dos municípios brasileiros. “A manutenção da redução do PIS/COFINS contribuirá de forma efetiva para preservar as conquistas até agora obtidas e dar continuidade ao Programa Brasileiro de Inclusão Digital, fazendo com que os estímulos proporcionados pelo Programa continuem beneficiando a economia nacional e proporcionando maior acesso da população às redes mundiais”, afirma Luiz Cláudio Carneiro.

Programas devem continuar

“Os efeitos destas políticas públicas para todo o conjunto da economia são inestimáveis”, diz o presidente da **Abinee**, Humberto Barbato. Ele afirma que o acesso instantâneo à informação e ao conhecimento organizado poderá fazer pela população brasileira o que décadas de ensino formal

não foram capazes de fazer. “O objetivo dos consumidores não é apenas o equipamento em si. É tudo aquilo que esses produtos e serviços associados lhes proporcionam em termos de contatos sociais, desenvolvimento pessoal, acesso à informação e ao conhecimento, além de trazer ganhos de produtividade”, diz.

O presidente da **Abinee** salienta que o cenário que se desenha com a internet das coisas torna a inclusão digital ainda mais presente na vida das pessoas. “Todo o arcabouço legal para a área de TICs será cada vez mais essencial, pois a eletrônica estará em todos os lugares e objetos e sua utilização se dará em todas as faixa-etárias, das crianças aos mais idosos”, afirma.

“Todo o arcabouço legal para a área de TICs será cada vez mais essencial, pois a eletrônica estará em todos os lugares”

Sobre a Lei de Informática, Barbato destaca que lutar pela manutenção da medida é um dever de todos aqueles que querem um Brasil próspero e tecnológico. “A **Abinee** cumpre o seu papel e confia que o Congresso Nacional e o Executivo farão a sua parte para que o país alcance a posição altiva no cenário mundial, que todos desejamos”.

Humberto Barbato ressalta, também, o trabalho da **Abinee** para a renovação dos benefícios da Lei do Bem e da desoneração da folha de pagamentos, que vencem em dezembro de 2014. “O governo está consciente da nossa perda de competitividade e da necessidade de se reduzir custos para as empresas” conclui.

Prorrogação e aperfeiçoamento

No mês de abril, o presidente da **Abinee**, Humberto Barbato, entregou ao Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI/SEPIN), Virgílio de Almeida, e à Secretária de Desenvolvimento de Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Heloísa Menezes, o documento “*Prorrogação e Aperfeiçoamento da Lei de Informática: Um Imperativo para o Brasil do Século XXI*”.



Elaborado pela **Abinee** em parceria com suas associadas, o trabalho apresenta argumentação, fundamentada em números oficiais, demonstrando que as conquistas alcançadas pelo país e pelo setor produtivo industrial do segmento de TIC devem-se, em grande medida, à Lei de Informática, que precisa, por isso, ser estendida no tempo.

O documento

O documento está dividido em duas partes. A primeira realiza um voo panorâmico sobre o que aconteceu com o setor de TIC, desde a implantação da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91) até os dias atuais, mostrando as conquistas alcançadas e os desafios que se apresentam ao setor e ao país nos próximos anos e décadas.

A segunda parte organiza as propostas de aprimoramento da Lei de Informática, defendidas pela **Abinee**, que podem levar à superação de entraves legais, de barreiras burocráticas, de gargalos logísticos, e que podem

impulsionar o adensamento da cadeia produtiva, as exportações e a atração de investimentos para o setor de componentes eletrônicos.

Passados 23 anos de sua criação e 21 anos de sua efetiva regulamentação, em 1993, a Lei de Informática - destaca o documento - segue como um raro e precioso marco regulatório no panorama industrial e tributário nacional, por sua permanência, solidez, grau de aceitação e efeitos benéficos distribuídos ao longo de toda a cadeia produtiva, favorecendo o equilíbrio com a Zona Franca de Manaus, permitindo a diversificação e a distribuição geográfica da indústria de TIC por todo o País.

No bojo das cadeias globais de valor, o desafio do Brasil é subir progressivamente a sua escala, desempenhando tarefas e atividades que agreguem mais valor. Nesse aspecto, a Lei nº 8.248/91 tem exercido papel decisivo, permitindo ao país estabelecer-se como participante da manufatura global.

Aqui estão os principais *players* mundiais da indústria de TIC e da área de manufatura sob contrato - CM (Contract Manufacturing) ou ECM (Electronic Contract Manufacturing) - que, em conjunto, sustentam milhares de empregos diretos e indiretos, investem em pesquisa, desenvolvimento e inovação, ao lado de empresas de capital nacional ou misto que surgiram ou se desenvolveram na esteira da Política Nacional de Informática - lembra o estudo da **Abinee**.

Os inúmeros benefícios trazidos pela Lei não impediram, no entanto, o avanço do déficit externo do setor eletroeletrônico. Em 2013, apurou-se saldo negativo superior a US\$ 36,0 bilhões.

Para mostrar a importância da prorrogação da Lei de Informática e informar os efeitos maléficis que a sua extinção poderá causar, a **Abinee** simulou quatro cenários distintos. O primeiro, mais favorável, compreende os efeitos qualitativos da adoção das medidas de aperfeiçoamento da Lei propostas pela **Abinee**. Os três cenários restantes testam hipóteses que tomam por base o fim da Lei.

Para estes três cenários analisados, a conclusão é a mesma: constata-se a perda de arrecadação de impostos e das atividades em P&D, a supressão dos empregos qualificados, da geração de renda e do conhecimento da mão de obra empregado na produção de bens de informática, telecomunicações e automação industrial, e, mais grave ainda, uma sensível piora no saldo da balança comercial em virtude da substituição de componentes, partes e peças por produtos acabados.

No documento, as proposições da **Abinee** estão organizadas em quatro blocos temáticos: 1º) para a Lei de Informática; 2º) para a gestão da Lei; 3º) para definição de uma política industrial para componentes; e 4º) para melhoria da competitividade sistêmica. Igualmente as propostas se pautam pelo alcance de sete objetivos estratégicos: 1º) adensamento da cadeia de valor com maior conteúdo local; 2º) redução do déficit comercial; 3º) promoção do investimento; 4º) geração de emprego e renda; 5º) melhoria da competitividade; 6º) maior capacidade tecnológica e de inovação, com foco para o desenvolvimento de produtos e soluções; e 7º) desburocratização.

A **Abinee** adverte ainda que, antes da discussão e execução das medidas, é importante que governo e setor privado desenvolvam, em conjunto, um estudo prospectivo sobre as novas tecnologias no setor eletrônico e, a partir dele, uma agenda de inovação tecnológica.

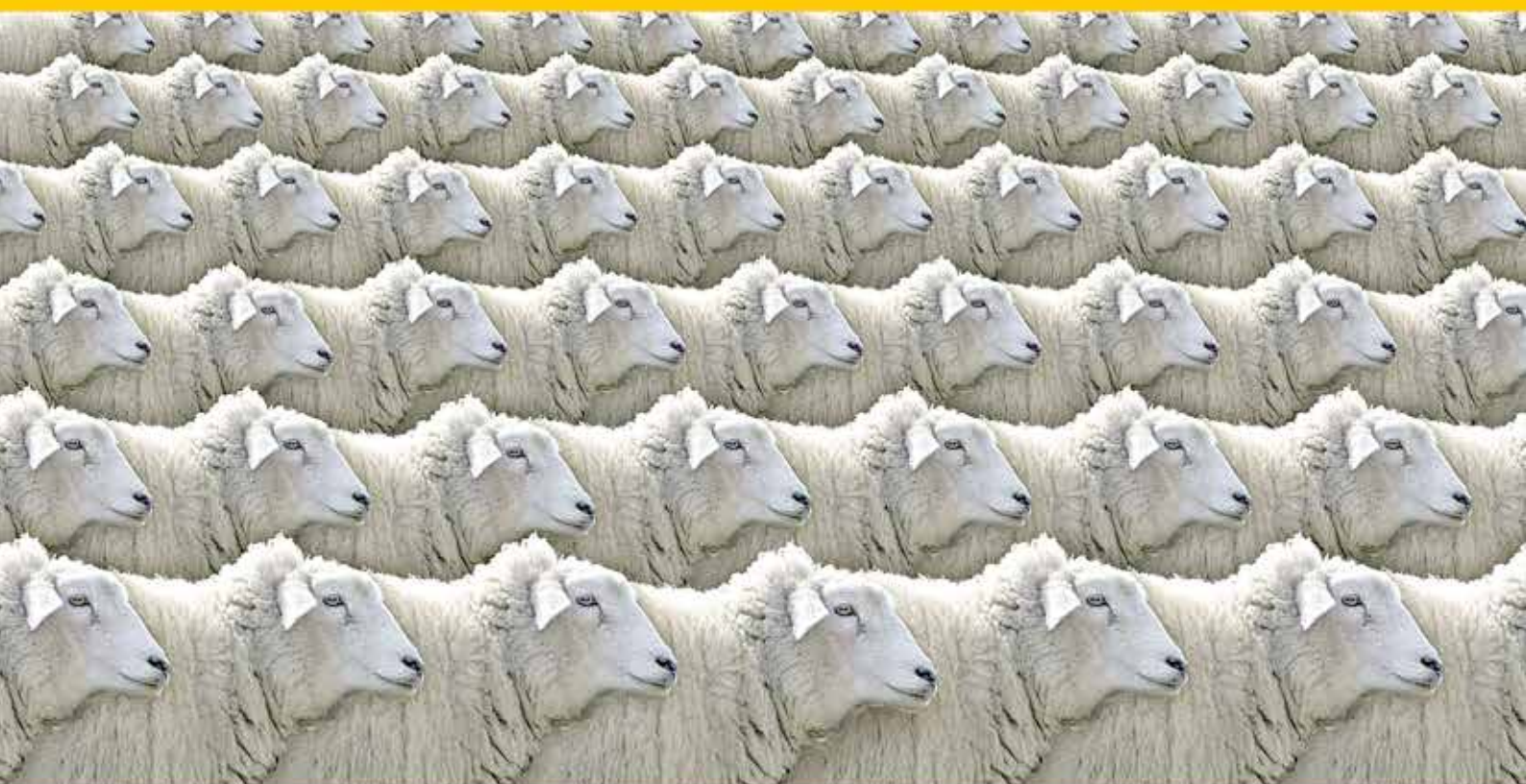
Conheça o documento completo no Site da Abinee www.abinee.org.br

PROPOSTAS DEFENDIDAS PELA ABINEE

1. Autorizar a destinação da aplicação dos recursos de P&D, exigida dos produtores de bens incentivados, para o desenvolvimento da capacitação dos fornecedores locais e integradores de soluções, incluindo as design houses;
2. Harmonizar as regras de investimentos em P&D entre as Leis nº 8.248/91 e Lei nº 8.387/91;
3. Reduzir o tempo de depreciação (depreciação acelerada) de ativos/equipamentos tecnológicos utilizados em P&D;
4. Selecionar áreas alvo para o desenvolvimento e especialização, apostando em suas forças atuais e desenvolvendo novas para definição de novos programas prioritários e encomendas tecnológicas;
5. Estimular os investimentos em pesquisa e desenvolvimento na fronteira do conhecimento (e não apenas incremental);
6. Ampliar a cooperação entre empresas e instituições, nacionais e do exterior, para o desenvolvimento, a aquisição e transferência de tecnologia;
7. Discutir (governo e setor privado) a proposição de estímulos para que, no âmbito da Lei de Informática, os fabricantes locais gozem de ambiente propício para exportar, priorizando a celebração de acordos tarifários bilaterais;
8. Transformar o Processo Produtivo Básico (PPB) em um instrumento que permita a empresa escolher, entre as várias opções disponíveis, as etapas de valor agregado local mais adequadas ao seu produto e à sua operação, assegurando produtividade, escala e, principalmente, competitividade para as empresas do setor;
9. Ampliar o conceito de valor agregado local abrangendo toda a cadeia de valor de uma solução de TIC incluindo, por exemplo, insumos, manufatura, hardware, software embarcado, aplicativos, engenharia de sistemas e integração de soluções;
10. Estabelecer o PPA (Processo Produtivo Avançado), para os fabricantes de bens finais que alcançarem maior agregação local de valor, acima das suas obrigações básicas (PPB), seriam oferecidos benefícios progressivos;
11. Estabelecer programa de estímulos para o desenvolvimento e integração de soluções e softwares embarcados, a exemplo do que existe em países desenvolvidos;
12. Aprimorar a Portaria MCTI nº 950/06, que define o produto com tecnologia desenvolvida no país, de modo a considerar o benefício nas diversas etapas de produção, partes/peças e softwares que agreguem valor ao produto final.

Produtos "*parecem*" todos iguais.

Você acha que a diferença entre eles está só no preço?



Com os materiais elétricos está acontecendo a mesma coisa.

Qualidade que garante a sua segurança
é a maior diferença entre eles.

NÃO SE DEIXE ENGANAR.

Exija produtos originais. Você e o Brasil sairão ganhando.

Uma campanha:

ABREME
Associação Brasileira dos Revendedores
e Distribuidores de Materiais Elétricos

abnee



Acesse o site:

www.produtoseguro.com.br

Testes apontam convivência entre o LTE e TV Digital

Em coletiva de imprensa, realizada em maio, a Abinee, entidade que representa os fabricantes de equipamentos de telecomunicações, apresentou os resultados dos testes de convivência entre o Sistema de banda larga móvel (LTE) e o Sistema de TV Digital

Segundo o diretor do grupo setorial de telecomunicações da **Abinee**, Luciano Cardim, os testes foram realizados pelo CETUC/PUC-RJ, a partir da preocupação da indústria sobre possíveis interferências entre os dois Sistemas. “Os estudos apontaram que, mesmo nas eventuais situações desfavoráveis, a convivência entre os dois sistemas é sempre possível, desde que aplicadas técnicas de mitigação”, disse Cardim.

Para Wilson Cardoso, membro do grupo setorial, os testes demonstraram, também, que as interferências da TV Digital no Sistema LTE não foram suficientes para afetar a disponibilidade de banda larga móvel aos usuários. Ele destacou que as avaliações realizadas pelo CETUC foram feitas com equipamentos comerciais –

ERBs, televisores, celulares e chips – aderentes aos padrões de cada tecnologia em condições de uso.

“Após os resultados obtidos em laboratório e também em campo, podemos afirmar que agora temos parâmetros reais para avaliar a convivência dos sistemas. Se tivéssemos usado somente os padrões teóricos, teríamos incorrido nos mesmos erros do Japão e da Inglaterra”, afirmou Cardoso.

O professor Carlos Rodriguez, pesquisador do CETUC/PUC-RJ, que conduziu os testes contratados pela **Abinee**, afirmou que é perfeitamente possível a convivência entre os dois Sistemas, mesmo em situações extremas, como foi verificado no estudo feito em Aparecida/SP, utilizando o sistema comercial de TV digital, da emissora local.



Representantes do GS de Telecom da Abinee e do CETUC/PUC-RJ durante coletiva de imprensa

Cursos Abinee

A Abinee oferece uma série de cursos para atualização e aperfeiçoamento de empresas e profissionais sobre assuntos de interesse do setor eletroeletrônico.

Condições especiais para associadas

Próximos cursos:

14/07

eSocial
Obrigações Fiscais,
Previdenciárias e
Trabalhistas

16/07

EFD
PIS/COFINS

31/07

Defesa
Comercial



Informações e inscrições

www.abinee.org.br/informac/cursos

Segundo ele, também foram desenvolvidas avaliações em sistema não comercial com montagem de gerador e amplificador para TV Digital no campus do Inmetro, em Xerém/RJ.

“As situações práticas em campo apresentaram melhor desempenho que as avaliações teóricas e laboratoriais, o que reforça a possibilidade de convivência entre os sistemas. As interferências identificadas são perfeitamente mitigáveis”, disse o professor Carlos Rodriguez.

Com base nos resultados alcançados, Luciano Cardim ressaltou que **Abinee** reitera o apoio à realização do leilão de 700 MHz de acordo com o cronograma da Anatel, previsto para agosto de 2014. “Entendemos que devem ser priorizados os investimentos e a melhoria da qualidade da rede móvel,

bem como a disponibilização de todo o espectro de 45+45 MHz para a banda larga móvel”, concluiu o diretor da **Abinee**.

Os testes, patrocinados pelas Alcatel-Lucent, Motorola Solutions, Nokia e Qualcomm, foram entregues pela **Abinee** à Anatel, que deverá agregá-los aos seus estudos com vistas à realização do leilão da faixa de 700 MHz.

Participaram da coletiva de imprensa pela **Abinee**, Luciano Cardim, Wilson Cardoso, e os membros do grupo setorial Francisco Giacomini, Eduardo Lima e Murilo Moyses, e a assessora da entidade Vera Lúcia de Oliveira. Pelo CETUC – Centro de Estudos em Telecomunicações da PUC-Rio – participaram os professores Carlos Rodriguez e Marlene Pontes, coordenadora do projeto, e também o diretor Flávio Hasselmann.

ABINEE PARTICIPA DE AUDIÊNCIA NO SENADO SOBRE 700 MHZ

Aluizio Byrro, membro do Conselho Superior da Abinee e Vice-Presidente do Sinaees-SP, participou, no dia 15 de maio, em Brasília, de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, sobre as consequências da alocação da banda de frequência em 700 MHz - atualmente ocupada pela TV Aberta - e a elaboração do

Edital de Licitação para os Serviços de Banda Larga Móvel de Quarta Geração.

Na ocasião, Byrro apresentou os resultados dos testes de convivência entre o Sistema de banda larga móvel (LTE) e o Sistema de TV Digital, contratados pela Abinee, entidade que representa os fabricantes de equipamentos de telecomunicações, junto ao CETUC/PUC-RJ.



Eduardo Levy (SindiTelebrasil); Liliana Nakonechnyj (Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional); Senador Anibal Diniz; Jarbas Valente (Anatel); Daniel Slavieiro (Abert) e Aluizio Byrro (Abinee)

Desafios de curto, médio e longo prazos

O presidente da Abradee, Nelson Leite, analisou a crise atual do setor elétrico em reunião da área de GTD da Abinee, realizada em março. Segundo ele, o segmento tem desafios de curto e médio prazos - fluxo de caixa das distribuidoras e a disponibilidade de energia, respectivamente -, mas também enfrenta uma questão sensível para o longo prazo, que é a definição das regras do 4º ciclo de revisão tarifária

Analizando o quadro recente sobre o aspecto financeiro, após as medidas tomadas pelo governo, Nelson Leite acredita que se o Brasil tiver um verão 2014/2015 favorável em termos de chuvas no sudeste, os preços podem se normalizar. Mas, ainda mesmo com o pacote de ações, ele salienta que as distribuidoras terão que arcar com cerca de R\$ 1,5 bilhão até a compensação tarifária, prevista para 2015.

Sobre a questão da disponibilidade de energia, Leite citou a avaliação da consultoria PSR que estima o risco atual de racionamento no país em 47%. Segundo ele, quanto mais demorar uma decisão do governo sobre a questão, mais terá que ser feito. “Se não fizermos, por exemplo, um plano para oito meses, a restrição de energia será uma, mas se esperarmos, e a situação se agravar, teremos que fazer uma restrição muito mais intensa”, afirmou.

Segundo ele, o governo deve deixar o aspecto político-eleitoral. “Ninguém deseja que isto aconteça, mas, no atual momento,

é preciso avaliar periodicamente a necessidade de um plano de racionamento”. Ele afirmou que isto teria impacto para as distribuidoras, pois o setor elétrico deixaria de funcionar em sua normalidade, reduzindo consideravelmente o faturamento das distribuidoras.

Durante a reunião, o presidente da Abradee afirmou que é preciso melhorar aspectos estruturais do setor elétrico, para evitar a dependência, todo ano, das chuvas que podem acontecer ou não.

Para o longo prazo, ele destacou a necessidade de definição das regras do 4º ciclo de revisão tarifária, que tem o objetivo de analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão, seu equilíbrio econômico-financeiro. “O atual modelo não estimula a modernização. Tudo o que se ganha em redução de custos, vai para a modicidade tarifária e muito pouco para amortização dos investimentos. Por isso, é preciso reconhecer investimentos na base dos ativos quando eles são realizados e não somente após o processo de revisão tarifária seguinte, que pode demorar até 4 anos”, disse.

Leite acrescentou que este formato desestimula, por exemplo, a busca pela inovação e eficiência energética, como a implantação

de redes elétricas inteligentes. “Se tivéssemos tais redes poderíamos modular carga, controlar demandas e, com certeza, um eventual racionamento ocorreria sem criar tantos desconfortos. Isto traria benefícios enormes para a sociedade”.

Outra questão preocupante são os preços referenciais da Aneel para definição do valor do investimento dos ativos, que tem gerado distorções entre o valor real do produto e aquele indicado no sistema, e também inibido a modernização e busca por eficiência dos equipamentos.

Para o presidente da Abinee, Humberto Barbato, que coordenou a reunião, é inadmissível que, no momento delicado em que o país está, não se priorize a eficiência energética. Na ocasião, Barbato destacou que a Abinee trabalhará de forma cada vez mais próxima com a Abradee, no sentido de apresentar propostas para o governo que possibilitem um cenário mais estável e de longo prazo para o setor elétrico. “A saúde das distribuidoras, clientes da indústria elétrica e eletrônica, é essencial para o setor”, completou. Também compôs a mesa principal da reunião o Presidente do Conselho de Administração e Diretor da área de GTD da Abinee, Newton Duarte.



Newton Duarte, Nelson Leite e Humberto Barbato

Desperdício de 7 milhões de MWh por ano

Segundo estudo do CTC/PUC-Rio, motores reconicionados irregularmente provocam perdas equivalentes ao que a usina nuclear de Angra 2 ou a usina hidroelétrica de Porto Primavera produzem por ano

O Brasil atravessa hoje a mais forte crise energética da última década, graças às temperaturas acima da média e à falta de chuvas (com reservatórios quase vazios, operando nos mesmos níveis de 2001).

Neste panorama delicado, um estudo realizado pelo Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio) e encomendado pelo GT Eficiência Energética de Motores Elétricos Trifásicos da **Abinee**, com apoio da International Copper Association Brazil (ICA/Procobre), avaliou o impacto energético da comercialização de motores industriais reconicionados indevidamente no país.

Segundo resultados mais conservadores e otimistas, a venda de motores usados e reconicionados de forma irregular é responsável por uma perda de energia de, no mínimo, 7,1 milhões de MWh, o equivalente ao que a usina nuclear de Angra 2 ou a usina hidroelétrica de Porto Primavera produzem por ano.

Os estudos revelam ainda que, diante do atual cenário de crise energética, se houvesse uma fiscalização por parte do governo e esse valor não fosse desperdiçado, o país só teria a ganhar: evitaria o uso de térmicas a diesel, diminuindo a importação deste combustível - consequentemente, equilibrando a balança de pagamento - e, por outro lado, evitaria a queima deste produto, que libera uma das maiores taxas de CO₂ na atmosfera, um dos vilões do efeito estufa.

Regulamentados x irregulares

Os motores elétricos trifásicos são responsáveis por cerca de 25% de toda a energia elétrica consumida no Brasil e estão presentes em máquinas operatrizes, tornos industriais, prensas, esteiras rolantes, fresadoras, injetoras, calandras, pontes rolantes, bombas de grande porte, compressores industriais, serras industriais, entre tantas outras máquinas presentes na indústria. Estes motores são regulamentados pela Portaria INMETRO/MDIC Nº 488, de 08/12/2010, garantindo o atendimento aos índices mínimos de eficiência energética e um gasto energético adequado ao país.

No entanto, estabelecimentos comerciais reconicionam motores industriais sem condições de uso, muitas vezes adquiridos como sucata, e que nunca deveriam voltar ao mercado por não atenderem aos níveis mínimos da Portaria INMETRO. “À primeira vista, com um preço mais barato, o consumidor parece estar fazendo um bom negócio, mas, na verdade, a maioria destes motores já está obsoleta devido à sua idade.

Eles apresentam vida útil muito curta e o mais grave: uma eficiência comprometida que representa um gasto de eletricidade excessivo, muito acima do consumo energético dos motores regulamentados”, revela o professor responsável pelo estudo, Reinaldo Castro Souza, do Departamento de Engenharia Elétrica do CTC/PUC-Rio.

Os resultados reforçam, ainda, que o uso de motores reconicionados de forma irregular é responsável por 2,8% da emissão, no Brasil, de Gases de Efeito Estufa (GEE) liberados na atmosfera.

Para chegar ao total desperdiçado, Castro Souza e sua equipe tiraram um raio-X do mercado brasileiro de motores, conseguindo estimar a fatia de mercado de venda de motores reconicionados, criar uma metodologia de trabalho para o reconicionamento destes motores nestes estabelecimentos, classificá-los e avaliar o impacto da perda energética para o país.

Nos últimos seis meses, a partir de uma seleção prévia, cerca de 40 estabelecimentos comerciais de Norte a Sul do Brasil foram avaliados de acordo com os requisitos básicos para a prestação do serviço: técnicos capacitados, equipamentos, procedimentos e ferramentas adequados, e também as características destes motores reconicionados colocados à venda. Essa etapa levou à criação de uma metodologia a ser seguida e, conseqüentemente, a uma classificação destes estabelecimentos.

Na etapa seguinte, foi avaliada a perda de eficiência dos motores reconicionados. Os estabelecimentos de melhor classificação apresentaram um índice de 1%, o que é considera-

do a perda natural de um motor nestas condições. As de pior classificação chegaram a 3% de perdas, revelando o desperdício de energia elétrica que estes motores podem gerar. Considerando o cenário mais conservador, os estudos chegaram a uma perda de 8,7% do que é consumido de energia elétrica no país, totalizando 7,1 milhões de MWh para o ano de 2012.

De acordo com os estudos, hoje há 1.837 estabelecimentos atuantes neste segmento no país que comercializam, em média, cada um, 83 motores reconicionados/mês, chegando a um total de cerca de 1 milhão e 830 mil motores vendidos ao ano, representando 65% do mercado no Brasil. Tendo como parâmetro o total de energia consumida no país, esses motores reconicionados consomem 16% da energia elétrica brasileira.

Com estes resultados, o professor Reynaldo Castro Souza reforça: “Diante da gravidade da situação que o governo enfrenta hoje para abastecer o país, o estudo se torna ainda mais relevante. É preciso fiscalizar e evitar a venda de motores que desperdiçam algo tão valioso e essencial agora e no futuro. Se o governo der atenção especial a esta questão, poderemos evitar o uso de termelétricas movidas a carvão, reduzir o valor da conta de energia elétrica paga por nós, além de reduzir, de imediato, os valores de investimento necessários à construção de novas usinas geradoras de energia elétrica. Nosso propósito é colaborar neste sentido”.



ABB

Disjuntor aberto ABB SACE Emax 2

O novo disjuntor foi desenvolvido para atender diversos setores industriais, com aplicações de maior complexidade como nas áreas de óleo e gás, mineração, naval, plantas de geração de energia tradicionais e renováveis, bem como em instalações tradicionais da construção civil, como: shopping centers, datacenters e redes de comunicação. O Emax 2 tem alta capacidade para aumentar a segurança da rede e proteger os circuitos elétricos, além de estar adequado às instalações brasileiras e atender aos padrões mundiais de qualidade.



COMM SOLUTIONS

Archpelago

Conheça o Archpelago: uma plataforma de comunicação all in one, totalmente integrada, independente e de alta performance. discador preditivo; gravador de voz e tela; portal de voz ativo e receptivo; blended; CRM; automação service desk e automação armazenamento de voz (cloud). Mais do que um produto, uma nova forma de pensar soluções para o mercado de tecnologia em comunicação oferecendo aos clientes disponibilidade, inovação tecnológica, segurança e principalmente, atendimento e suporte 24hs, sete dias por semana.



ANDRITZ

Mais energia para o Brasil!

A Andritz Hydro Inepar é uma joint venture formada entre a multinacional austríaca Andritz Hydro e a empresa brasileira Inepar, com experiência de mais de 170 anos possui tecnologia para produzir todos os tipos de solução para hidroelétricas. Tem sede em Barueri e fábrica e laboratório de turbinas hidráulicas em Araraquara. No Brasil, tem participação no aumento da oferta de energia, fornecendo soluções para grandes empreendimentos, tais como: Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, além de inúmeros médios e pequenos aproveitamentos.



COMPANYTEC

Treinamento de Capacitação

A Companytec realizará em julho, o curso de capacitação técnica para instalação de seus equipamentos. O treinamento acontecerá na sede da empresa em Pelotas/RS e os interessados poderão realizar a pré-inscrição, para o próximo curso, no site da empresa. A qualificação dos parceiros de negócios faz parte do Sistema de Gestão da Qualidade Companytec, que garante a excelência de produtos e serviços e a satisfação dos clientes. Treinamento com certificação ISO 9001. Informações www.companytec.com.br.



BURNDY

Terminais e Luvas de Emenda à Compressão

A BURNDY® oferece uma linha completa de terminais e luvas de emenda de cobre eletrolítico à compressão de alta condutividade, superfície com acabamento estanhado (bimetálico) ou em alumínio. Resistente a altas temperaturas e oxidação, com janela de inspeção. Barril normal e no formato "boca de sino" para perfeita acomodação do condutor no terminal, com 1, 2 ou mais furos. Compressão com alicate manual ou hidráulico. Conexão de condutores de cobre normal ou flexível e alumínio normal ou compactado. Informações: vendasbr@burndy.com e www.burndy.com.



DELL

Inaugurado primeiro Centro de Soluções no Brasil

Como parte da estratégia da Dell de fornecer soluções de TI ponta-a-ponta, a empresa inaugurou seu primeiro Centro de Soluções no Brasil, batizado de Dell Solution Center (DSC). Localizado na cidade de São Paulo, em um ambiente de 780 m², as empresas poderão desenvolver projetos de TI sob medida, voltados a aumentar a produtividade e eficiência dos negócios, bem como simular ambientes e situações reais, com exclusivo acompanhamento remoto dos testes. O DSC Brasil está integrado a outros 14 Centros de Soluções que a Dell mantém ao redor do mundo.



BYCON

Lançamento linha de câmeras Mes-soa

A BYCON, distribuidora exclusiva da MES-SOA no Brasil, apresenta novas câmeras para o mercado de segurança, os modelos UFD301 e UFD305. Com design compacto, ideal para um monitoramento discreto, as câmeras medem apenas 11 cm de diâmetro e menos de 5 cm de altura. Um dos destaques do novo modelo é a lente megapixel que foi desenvolvida em um único suporte esférico de três dimensões que permite a função de Pan/Tilt para ajustar o ângulo da câmera durante a montagem em paredes ou tetos.



DIGIVOICE

Parceria com Revendedores de PABX

Com mais de 8 anos de investimentos em Soluções de Telefonia IP, a empresa busca canais de vendas que deverão agir como se fosse a DigiVoice. A estratégia principal é investir em treinamentos do PABX IP que é uma solução 100% IP e/ou híbrida que faz interconexão de redes de telefonia convencional (fixa), GSM(telefonia celular) e VoIP (telefonia por internet), para agregar mobilidade, reduzir custos e otimizar as comunicações. Informações: (11) 2191-6363 e www.digivoice.com.br.



DUTOPLAST

Canaletas

Produzidos em PVC nas cores cinza e creme, fornecidos em barras de 2 ou 4 m, têm comprovada utilização em painéis de controle e comando, automação industrial, painéis telefônicos, cabeamento em poços de elevadores e casas de máquinas, em equipamentos para intercomunicações e instalações elétricas. Em três modelos diferentes (recorte aberto, fechado, liso) e medidas que vão de 15mm à 126mm, as Canaletas Dutoplast se ajustam perfeitamente a sua necessidade com uma infinidade de medidas adaptáveis a qualquer projeto de instalação.



FORCE LINE

Extensões tripolares 3 e 5 tomadas

As extensões tripolares Force Line são produzidas garantindo durabilidade, proteção, evitando contato com as partes vivas do plugue e estando de acordo com as novas normas do INMETRO. O cordão de força oferece dupla isolamento garantindo maior proteção contra choques e rompimento do cabo; Tensão/Potência: 127/1270W e 220V/2200W; Corrente máxima: 10A; Comprimento total: 3, 5 e 10 m; 3 e 5 Tomadas.



EATON

Lançamento: nobreak 93PM

A Eaton anuncia o lançamento do nobreak 93PM ao mercado brasileiro. O 93PM foi projetado por gestores de instalações de data centers, com várias opções de implantação que suportam soluções integradas de gestão térmica, arquitetura modular, tamanho compacto que é 35% menor do que os modelos equivalentes de outras marcas, eficiência de até 99% e recursos simplificados de gerenciamento de energia. Possui um display de cristal líquido intuitivo (LCD), sensível ao toque, que proporciona gráficos e dados de consumo e economia de energia.



GE

Solução para centro de saúde no Peru

A GE Industrial Solutions vendeu US\$ 1 milhão em soluções elétricas para um dos hospitais mais avançados da América Latina, a Clínica Delgado, em Lima, Peru. A solução é composta por painéis de baixa tensão Quixtra 630/4000, além de transformadores WaveCast e painéis de média tensão SecoRMU. Essa solução combinada apresenta instalação simples e rápida além de design atraente. "Soluções como esta são importantes para que haja um atendimento eficiente da crescente demanda do mercado de saúde", diz Raquel Souza, gerente comercial da empresa para o Brasil.



ENERBRAS

Linha Beleze

A Enerbras reservou para o ano de 2014 o lançamento da nova linha de interruptores e tomadas Beleze que alia design e economia em uma linha modular. Com 20 módulos funcionais diferentes para montagem de inúmeras composições 4x2" e 4x4". Seus interruptores possuem um toque suave que proporciona um acionamento mais leve e silencioso. As placas e teclas da Linha Beleze tem acabamento espelhado e são extremamente lisas não apresentando porosidades. Conta com funções superiores como dimmer, controle para ventilador e tomada para carregamento USB.



GRUPO LEGRAND

Soluções para o Centro Tecnológico da USP

A Universidade de São Paulo (USP) desenvolve com a participação do Grupo Legrand, um projeto de cabeamento estruturado dos campi da instituição, assegurando que todas as unidades recebam infraestrutura para operar tecnologia de ponta. Com a solução LCS2, a USP se prepara para os próximos anos de inovações tecnológicas em data centers, um grande avanço ao se considerar a estrutura e a alta taxa de transferência de dados. A Legrand ofereceu garantia de 25 anos, prova do compromisso com a excelência, marca registrada do Grupo.



FESTO

Mini Portal H - EXCM

Mais uma solução destinada à automação de processos laboratoriais: o Mini Portal H - EXCM, nas versões EXCM-10 e EXCM-30. Os produtos são ideais para aplicações em pré e pós-análises em processos de laboratório, preparação e transporte de amostras, identificação de amostras por meio de leitores de códigos de barras ou para abrir e fechar recipientes. Possuem design compacto para maximizar a cobertura do espaço de trabalho e dois motores fixos que trabalham de forma síncrona.



IMS

Multimedidor de Grandezas Elétricas

Multimedidor eletrônico - PowerNET M-200 - com extensivas capacidades para medição de grandezas elétricas. Projetado para ser usado nas mais diversas aplicações relacionadas ao monitoramento e controle de sistemas de geração e distribuição de energia elétrica, assim como instalações elétricas e rateio do custo de energia. Com excelente relação custo x benefício e uma construção compacta, realiza medições nos quatro quadrantes, THD e harmônicos. Como opção, pode-se incluir memória integrada de grande capacidade.



INTELBRAS

Inovação em CFTV

Composta por 4 câmeras e 2 DVRs, a solução HDCVI (High Definition Composite Vídeo Interface) grava e visualiza imagens na resolução HD 720p, utilizando os mesmos cabos e acessórios de CFTV convencional. Antes altas resoluções só eram possíveis com câmeras IP. A Intelbras é pioneira nesta tecnologia no Brasil. A solução é direcionada a projetos de baixa e média complexidade técnica, entre as vantagens está a de que os instaladores não precisam trocar o cabeamento do projeto ou fazer uma nova análise de risco.



ITRON

UTC LatAm 2014

A Itron patrocinou e liderou palestras durante o Utility Telecom Council Summit LatAm 2014, que ocorreu de 1 a 4 de abril em Florianópolis (SC). O summit contou com a presença de representantes da indústria, concessionárias e instituições. Emerson Souza, Diretor de Vendas, Marketing e Delivery da Itron para Brasil e América Latina, fez parte da comissão moderadora do painel "Global Lessons Learned for the Brazilian Marketplace" e liderou a palestra "Building a solid business case - understand your current and future business is the key!".



INTRAL

Luminária vence prêmio design de luminárias

A Intral, fabricante de soluções em iluminação, lançou dois modelos de luminárias com tecnologia LED na Expolux 2014 - a Ágata, voltada ao segmento industrial, e a Nacar, para postos de combustíveis. Ambas reúnem atributos que se diferenciam pelo desempenho, eficiência, segurança e confiabilidade. A luminária Ágata foi um dos destaques da feira e recebeu o Prêmio Abilux Design de Luminárias, na categoria Industrial. Com design moderno e projetada para ambientes com elevada altura de montagem, tem durabilidade de 70 mil horas.



Rodrigo Pereira

JABIL

Nova unidade de manufatura em São Paulo

A Jabil Circuit, Inc., anunciou a abertura de uma nova unidade de manufatura na cidade de Valinhos, no interior de São Paulo, a partir de Julho de 2014. No decorrer dos próximos quatro anos, a companhia prevê investimentos de cerca de US\$ 20 milhões na nova instalação e estima que aproximadamente 1.000 empregos diretos serão gerados para a região. A unidade de Valinhos complementar as operações das duas demais instalações da Jabil, situadas em Manaus/AM e Belo Horizonte/MG.



Banco de Talentos Abinee

Encontre o profissional
que você está procurando

Mais de 400
currículos cadastrados

Ferramenta gratuita e
exclusiva para associadas

Acesso na Área Reservada
do Site Abinee

www.abinee.org.br/talentos

KRJ

Selo Ouro do prêmio Top Qualidade Brasil 2014

A KRJ, empresa com atuação no mercado de conectores para rede elétrica, foi uma das vencedoras do Prêmio Top Qualidade Brasil 2014, e recebeu o Selo na Categoria Ouro, em cerimônia realizada em 31 de março. O prêmio, que homenageia a iniciativa privada comprometida com a qualidade em suas ações e serviços focados no desenvolvimento sustentável com responsabilidade social, é promovido pela ABRAHAM (Academia Brasileira de Honrarias ao Mérito), instituição mantida pela CISCESP (Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo).



LACERDA

Nova linha de nobreaks

Atenta as necessidades do mercado e com o objetivo de oferecer a mais moderna tecnologia para os seus clientes, a Lacerda lançou recentemente sua nova linha de nobreaks TBB. Os equipamentos on-line dupla conversão possuem potência de 1 a 20kVA monofásicos e tri/monos. Contam ainda, com controle de funções através de painel de LCD e interfaces inteligentes de comunicação opcional nos formatos SNMP, ModBus e RS232, que garantem o total controle e gerenciamento do aparelho.



LATINA

Secadora de roupas SR575

A Latina Eletrodomésticos lança a secadora de roupas SR575, a mais completa da categoria - acompanham 10 cabides e acessório para secar sapatos. Possui o melhor custo-benefício do mercado; botão para escolha de potência que possibilita até 12 programas de secagem, além de ciclo amaciante. Com capacidade para até 10kg de roupa úmida, câmara de secagem inovadora, removível e lavável. Design premiado pelo Museu da Casa Brasileira. Possui função aquecedor de ambientes. É retrátil e ocupa pequeno espaço na área de serviço, ou outros cômodos da residência.



LOGMASTER

Negócios na região Nordeste

Há mais de 10 anos atendendo o estado de Pernambuco, a Logmaster, empresa de nobreaks e estabilizadores, de Porto Alegre (RS), expande atuação na região. Desde 2000, foram comercializados mais de R\$ 4 milhões/ano em equipamentos no estado, atendendo os mais diferentes segmentos de empresas e instituições. "A Logmaster conquistou posição de destaque no fornecimento de sistemas de energia em Pernambuco. Somos detentores de 42% do mercado e temos quatro mil equipamentos instalados na região", salienta o diretor Técnico da empresa, Rodrigo Graziadei.



LORENZETTI

Válvulas de escoamento para o segmento luxo

Com o propósito de levar mais sofisticação aos lavabos, a Lorenzetti apresenta as Válvulas de Escoamento para o segmento luxo, que possuem acabamento na exclusiva versão quadrada e na tradicional redonda. Os produtos possuem o prático sistema de fechamento com clique, de forma que basta pressionar levemente a tampa com a ponta dos dedos para abrir ou fechar o escoamento da água. São ideais para compor harmoniosamente ambientes com misturadores, monocomandos e torneiras do segmento luxo, valorizando o projeto e agregando mais requinte ao local.



LUMILIGHT

Filtro Capacitivo Inteligente

O trabalho da Lumilight é voltado para a proteção da rede elétrica, evitando paradas por surtos de tensão. As Indústrias devem estabelecer uma relação harmoniosa entre o consumo da energia e o meio ambiente sob avaliação dos impactos causados por essas atividades na natureza. Pensando nesses impactos e na necessidade de melhora da qualidade de transmissão e distribuição da energia elétrica, a Lumilight do Brasil traz ao mercado seu produto exclusivo - Filtro Capacitivo Inteligente - LAFAC/USP, que elimina desperdícios de energia, aumentando a vida útil de equipamentos.



NANSEN

Nova geração de medidores em 2014

A linha KS, que ainda possui outros modelos em fase final de desenvolvimento, teve seu primeiro representante aprovado pelo Inmetro em abril. Trata-se do KS70 14®, medidor THS, produzido para atender todos os avanços tecnológicos previstos nas últimas resoluções da Aneel. Além dele, foram desenvolvidos outros medidores voltados para consumidores residenciais, comerciais e industriais, todos trazendo inúmeras funcionalidades para atender as novas regulamentações e às Redes Inteligentes.



NHS

Novos nobreaks da Linha Senoidal

A NHS lança dois novos nobreaks da Linha Senoidal: o Premium PDV 1000 e o Compact Plus 1000. Ambos possuem tecnologia avançada, diferindo entre si na autonomia: o PDV 1000 é capaz de alimentar 3 micros e uma impressora por até 30 minutos e o Plus 1000, por até 12 minutos. Oferecem proteção contra sobrecarga e curto, subtensão e sobretensão da rede elétrica, contra descarga profunda de bateria, eventos que podem colocar os equipamentos eletrônicos em risco. São indicados para aplicações envolvendo áudio, vídeo, informática e telefonia.



OSRAM

Iluminação pública

Parte do novo portfólio de luminárias profissionais da OSRAM, a STREETLIGHT 10 LED SITECO é desenvolvida com tecnologia LED, voltada à iluminação pública. Eficiente, o produto permite o ajuste do ângulo de inclinação do fecho e foi projetado para distribuir luz lateralmente, evitando o ofuscamento de motoristas e pedestres. Está disponível em três versões: Micro, Mini e Midi. Complementando os lançamentos para iluminação pública deste ano, a empresa também anuncia as luminárias LUXVANCE® LED Street Light e a Luminária Decorativa DL® 20.



SAMSUNG

OCEAN: centro de treinamento e capacitação gratuitos

A Samsung investe mais de 6% de seu faturamento em P&D em diversas iniciativas pelo mundo. Nesse contexto, a empresa acaba de abrir em São Paulo (SP), o OCEAN, um centro de treinamento e capacitação gratuitos para criação de soluções móveis voltados para universitários e desenvolvedores. É a primeira unidade do OCEAN fora da Coreia do Sul. O objetivo é criar um ecossistema de profissionais aptos a usar ferramentas da Samsung e propor soluções de conteúdos e serviços para os dispositivos da marca. Acesse www.oceanbrasil.com



PLP

Pensando no futuro

A PLP Brasil está localizada na Cidade de Cajamar, região metropolitana de São Paulo, em uma área de 51.000 m². Com o crescimento de mercado, a introdução de novas linhas de produção (injeção de polímeros, injeção de alumínio, forjaria, entre outras) e a inclusão de novos segmentos no portfólio da empresa (energia solar e subestação), a PLP viu a necessidade de ampliar seu parque fabril. Desta forma foi adquirido um novo terreno de 38.000 m² ao lado da sua sede onde, em breve, será levantado um novo prédio fabril.



SCHMERSAL

Linha de Pedais NKF

A Schmersal traz a linha de Pedais NKF desenvolvida para atender a demanda de um acionamento leve, seguro e prático em máquinas e equipamentos. São feitos em plástico ABS reforçado com fibra de vidro compacto, oferecendo assim uma interessante solução com design e robustez. Possui uma estrutura mecânica muito resistente aos impactos e condições pesadas de uso. Os pedais NKF são totalmente ergonômicos e possuem ainda grau de proteção IP 67, Certificação UL, com cabo de 2 metros e conector (opcionais).



POSITIVO

Smartphone Ypy S500 chega ao varejo

Vem com acabamento frontal em preto e prata na tampa traseira, com a assinatura "With Google". Tem tela de 5 polegadas FWVGA e vem com sistema operacional Android 4.2 Jelly Bean, processador dual-core de 1.3GHz, memória interna de 8GB, com conector para cartão micro SD externo de até 32GB, memória RAM de 1GB e flexibilidade para que o usuário utilize duas operadoras com o dual-chip. O smartphone também possui câmeras frontal e traseira, GPS e A-GPS instalados, além de conectividade 3G, Wi-Fi e Bluetooth 3.0. O produto chega ao mercado com preço sugerido de R\$ 699.



SEL

Relé de Proteção de Motores SEL-710-5

O novo relé para proteção de motores da SEL chega ao mercado com inúmeros benefícios: detecção de arco elétrico integrado através do algoritmo de proteção que combina intensidade luminosa e sobrecorrente, garantindo a atuação correta; detecção de barras rompidas em motores de indução, sem necessidade de ajustes. Através da análise da assinatura de corrente do motor, detecta e informa a quantidade de barras rompidas, permitindo a atuação da manutenção de maneira preditiva.



PROELETRONIC

Wireless Station

Conhecido no mercado como CPE, o Wireless Station PROELETRONIC é a melhor opção para o provedor de internet. Agora com o novo firmware, leve, de fácil configuração, é o equipamento ideal para instalação no cliente. A CPE 5.8GHz possui exclusivo sistema de encaixe que facilita a instalação, tem incorporado caixa hermética, que proporciona mais durabilidade ao equipamento e proteção a parte sensível do produto. Com antena de 20 dBi e ótima diretividade é superior a concorrência. Acompanha fonte PoE.



SEMIKRON

Semicondutores no Brasil

A SEMIKRON Brasil se destaca como a única fabricante de semicondutores de potência do Hemisfério Sul e a garantia de qualidade reconhecida pelo mercado a posiciona como um dos principais fornecedores de diodos, tiristores e pontes retificadoras dos mais diversos formatos, entre 1 e 1500A de corrente e com tensão de até 5000V. Informações: (11) 4186-9500 - e-mail: skbr-sales@semikron.com e www.semikron.com.br.



SERTTEL

Semáforos com nobreaks

Especializada em soluções de trânsito e mobilidade urbana, a Serttel, associada à Abinee, implantou em Recife e São Paulo o sistema de gerenciamento de semáforos com nobreaks. Com uma tecnologia de ponta, os nobreaks operam normalmente por 4h, quando não há fornecimento de energia elétrica. Atualmente, já foram instalados mais de 400 em Recife e mais de 300 em São Paulo. Até o final do ano, a meta é atingir 100% da rede semaforica da capital pernambucana e instalar mais 700 em São Paulo. Mais informações: www.serttel.com.br.



SWEDA

Única empresa brasileira no seu segmento com 81 anos

A Sweda é líder em inovação de soluções para automação comercial, produzindo tecnologias que reinventam a experiência do consumidor no ponto de venda. A história da empresa começou há 81 anos e, ao longo de sua trajetória, teve sempre como preceito disponibilizar solução completa para o varejo com foco na gestão do negócio e excelência no suporte pós-venda. Sua experiência, inovação e atuação bem sucedida neste setor tem como consequência ser a empresa mais antiga do Brasil e a referência em tecnologia nos principais verticais varejistas.



SONY MOBILE

Xperia™ E1 - o smartphone com som potente

A Sony Mobile traz o Xperia™ E1, com tecnologias de ponta de áudio aliadas à experiência em imagem, design e desempenho. O aparelho é a aposta para os aficionados por música e som de qualidade. Tem processador dual core ultrarrápido e tela 4" que, combinados a altas velocidades de dados, com o processador Qualcomm MSM8210 Dual core 1.2 GHz, garantem ótimo desempenho comparado a qualquer outro smartphone de sua categoria. Preços: Single Sim - R\$449, Dual Sim - R\$499 e Dual Sim com TV digital - R\$549. SAC: 4001-0444 / www.sonymobile.com.br.



TE CONNECTIVITY

LITEALUM friso

Solução para terminais totalmente automatizados de fios de alumínio trançados. Projetado para alta durabilidade, facilita a mudança de fios de AL menores de 1,5 mm2 seção transversal. Bom condutor de eletricidade, o alumínio substitui o cobre em cabos de potência. Menor custo de materiais e menos massa, reduz o peso do carro e de CO2. TE Connectivity é especialista em crimpagem e conexões. Seus terminais e ferramentas previnem o aparecimento de trincas e o seu processo evita corrosão eletromecânica.



SOPHO

Investindo em tecnologia e capacitação de vendas

A SOPHO realizou entre, os dias 08 e 11 de abril, o Treinamento Comercial 2014 - Como Gerar Negócios, para apresentar as tendências do mercado e seu portfólio de soluções e serviços. Estiveram presentes nesse treinamento, os principais players de mercado, que ministraram apresentações sobre suas soluções tecnológicas. A SOPHO se consolida como uma empresa de TIC que atende as mais recentes tecnologias, desenvolvendo projetos e soluções, além da prestação de serviços.



TS SHARA

Nobreaks de média potência para mercado corporativo

Fabricante nacional de equipamentos de proteção e energia apresenta a linha UPS Senno de nobreaks de média potência, ideais para aplicações corporativas críticas, como ambientes de TI e Telecom, Automação Bancária, Comercial e Industrial. É produzido com a moderna tecnologia de módulos IGBT (Insulated Gate Bipolar Transistor) que permite operar de maneira mais rápida e eficiente, oferecendo energia pura em alta frequência de forma ininterrupta, sem tempo de transferência. Disponível nas potências 2 kVA e 3 kVA. Fabricado sob demanda - preço médio sugerido: R\$ 2,9 mil.



SOPRANO

Novo laboratório de engenharia

A Soprano dá um salto de qualidade nos processos de engenharia de produto. A Divisão de Materiais Elétricos inaugurou novo laboratório de engenharia e de assistência técnica na matriz da empresa em Farroupilha (RS). Neste laboratório são realizados testes e ensaios de todos os produtos comercializados pela Soprano, monitorando e garantindo o desempenho e qualidade de cada produto. Informações www.soprano.com.br.



WEG

Conheça o App Payback WEG

O aplicativo "Payback WEG" é uma ferramenta rápida e prática que simula a economia obtida em kW/h e R\$ ao substituir um motor antigo ou de baixo rendimento por uma das linhas de alta eficiência WEG, W22 Premium ou W22 Super Premium, com possibilidade de combiná-los com inversores de frequência. Além disso, é possível mensurar a quantidade de CO2 que deixa de ser emitida no meio ambiente! Disponível para IOS e Android. Para baixar acesse a Apple store ou Google play e digite "Payback WEG".



Branding Innovation: A busca pelo diferencial

O volume de informação no mundo tem crescido de forma exponencial. Segundo dados da Universidade de Berkeley, no ano de 2003, foram produzidos 12 bilhões de Gigabytes de informação, o equivalente ao produzido desde o ano de 150 D.C, com o advento do papel. Em 2007, foram gerados 281 bilhões de Gigabytes, ou 11,7 bilhões em quinze dias.

Para 2015, já estão previstos 7 bilhões de Zetabytes, sendo que, cada Zetabyte corresponde a 1 trilhão de Gigabytes.

Com este emaranhado de informações, a busca por conquistar corações e mentes dos consumidores é cada vez mais difícil.

Neste sentido, a **Abinee** e o IPD Eletron - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Complexo Eletroeletrônico e Tecnologia da Informação - promoveram, no dia 13 de maio, a palestra “Branding In-

novation: A inovação e as marcas”, com o Coordenador do curso de MBA em Branding Innovation, das Faculdades Integradas Rio Branco, Professor Antonio Roberto de Oliveira, que apresentou os principais conceitos sobre o tema e sua importância em função do acirramento competitivo.

Segundo Oliveira, ao mesmo tempo em que cresce a quantidade de informações, aumenta, também, o número de marcas e produtos, que oferecem qualidades e recursos similares, gerando a necessidade de se diferenciar em meio às infinitas possibilidades disponíveis no mercado. Ele citou o exemplo da indústria de automóvel no Brasil, que, em 1987, contava com 6 marcas disponíveis no mercado, passando para 168, em 2014. “São muitas opções e pouco tempo para absorver tudo. A escolha, portanto, é baseada na confiança que se tem na marca”.



Wesley Giachini, Antonio Roberto de Oliveira, Dário Bampa e Edman Altheman

Para a construção e o fortalecimento de uma marca, existe o Branding, um modelo de gestão e um processo de construção da marca junto a seus públicos estratégicos, que visa o estabelecimento da conexão emocional entre ela e esses públicos, agregando valor ao negócio. “Tem que estar na mente das pessoas. Se não tem gente querendo comprar, não existe marca”, disse.

O processo de construção é composto por várias fases com o objetivo de fidelizar o consumidor para que ele, em um último estágio, possa recomendar o seu produto ou serviço. “Por isso, é necessário entregar o que prometemos”. Neste contexto, o professor fez a distinção entre a identidade e a imagem da marca. “O primeiro caso é o que a empresa controla, o segundo é como ela é percebida pelos interlocutores e stakeholders”, explicou.

Oliveira destacou que os valores embutidos na marca são automaticamente agregados ao produto. Para ilustrar, ele lembrou o ranking da consultoria Interbrand, de 2013, apontando que o valor atribuído à marca da Coca-Cola atingiu US\$ 79,2 bilhões, o que representa 46% do valor total da empresa (US\$ 173 bilhões). “Ou seja, se todos os ativos físicos da Coca-Cola pegassem fogo e fossem destruídos, a empresa poderia se reerguer apenas com o valor da marca”, destacou.

Uma marca precisa de inovação para cumprir a sua promessa e a inovação precisa do branding para infundi-la no mercado com significado e compreensão. A forma de pensar com foco em soluções, chamada Design Thinking, é a “cola que une a marca e inovação”. Esse conceito transforma visão em valor e conecta as organizações às pessoas.

Inovação da marca

Durante sua apresentação, Oliveira falou sobre o pioneiro curso de MBA Branding Innovation das Faculdades Rio Branco, que começou com foco apenas em branding, e que passou por uma reformulação alinhada com as necessidades mais recentes de inovação corporativa. O grande diferencial do curso é



aliar os conceitos de branding e inovação com novas abordagens de ensino. “Entendemos que a inovação deve ser um princípio básico da gestão corporativa”, destacou.

O evento foi coordenado pelo diretor superintendente da **Abinee**, Dário Bampa, que, na abertura, falou sobre a intenção do IPD Eletron, criado pela **Abinee**, de formar parcerias com universidades e institutos de pesquisa para ações de apoio à inovação nas empresas. Neste sentido, ele destacou a intenção de se estabelecer parceria entre o IPD e as Faculdades Integradas Rio Branco para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Na ocasião, o diretor geral das Faculdades Integradas Rio Branco, Edman Altheman, fez apresentação sobre a faculdade, e das instituições educacionais: Colégio Rio Branco, Ensino a Distância Rio Branco, Centro de Educação para Surdos Rio Branco e Centro Profissionalizante Rio Branco, mantidos pela Fundação de Rotarianos de São Paulo.

Ele também ressaltou a possibilidade de parceria para estruturar cursos customizados in company para as indústrias, bem como para oferecer condições especiais para participação de empresas do setor eletroeletrônico, associadas à **Abinee**, nos cursos da faculdade, como o MBA de Branding Innovation.

Neutralidade da rede

Um dos pontos mais relevantes do Marco Civil da Internet no Brasil, agora sancionado como Lei 12.965 (publicada no Diário Oficial da União em 24 de abril e que passa a valer em 60 dias a partir dessa data), é o artigo 9, que trata da neutralidade da rede.

Há várias maneiras de tratar essa neutralidade, mas o conceito central é o de tratamento isonômico do tráfego de dados por parte dos fornecedores de trânsito Internet – seja provedores de acesso e operadoras de redes que fornecem serviços de banda larga via telefone, cabo, conexão sem fio ou satélite, ou provedores de redes que interconectam os diversos serviços da Internet.

Esse é o conceito proposto originalmente por Tim Wu em 2003, aplicável tanto a provedores e operadores privados como a serviços de governo. O documento final do encontro NETmundial, que alguns erroneamente acreditam não ter tocado na neutralidade, expressa o mesmo conceito de forma clara, ainda que genérica: “A Internet deve continuar a ser uma rede de redes globalmente coerente, interconectada, estável, não fragmentada, escalável e acessível, baseada em um conjunto comum de identificadores únicos e que permita que datagramas e informação fluam livremente de ponta a ponta independentemente de seu conteúdo legal.”

Enfrentamos agora o desafio de construir legislação e regulação pertinentes que poderão derivar-se dos princípios sacramentados no Marco Civil. Um deles é a definição detalhada de quais seriam as “exceções técnicas” à neutralidade da rede a que se refere o artigo 9, o qual deriva-se em boa medida do item 6 dos Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil, aprovados por consenso pelo CGI.br em 2009: “Filtragem ou privilégios de tráfego devem respeitar apenas critérios técnicos e éticos, não sendo admissíveis motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais, ou qualquer outra forma de discriminação ou favorecimento.”

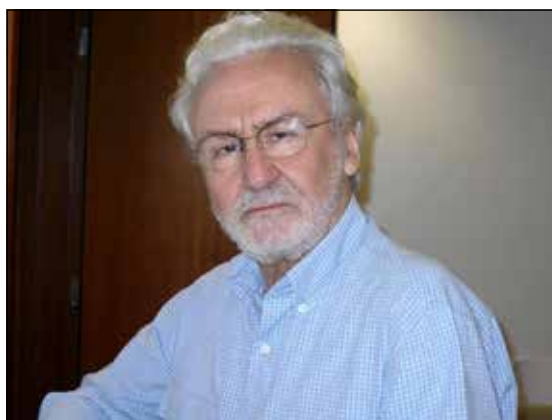
Várias recomendações da IETF (Internet Engineering Task Force) e outros organismos técnicos estabelecem critérios de priorização do tráfego de

le: desafios a enfrentar

datagramas através dos pontos de interconexão das redes que constituem a Internet, para permitir o melhor fluxo possível do tráfego (“best effort”) sem prejudicar as características intrínsecas a cada tipo de serviço. O exemplo clássico é o dos serviços de telefonia via Internet (“voice over IP” ou voIP), em que as recomendações definem como um roteador ou switch de rede deve proceder para garantir o sequenciamento dos datagramas que encapsulam a voz de modo que não haja cortes na comunicação. O mesmo vale para serviços de “streaming” de vídeo, como no caso do Youtube, Netflix e outros. Já serviços de envio de documentos ou mensagens podem sofrer atrasos momentâneos sem prejuízo da entrega. Mas estes exemplos não esgotam o desafio de entregar o conteúdo de cada serviço de acordo com suas características de modo a não afetar a qualidade do mesmo.

O Marco Civil deixa claro que qualquer regulamentação sobre o assunto será de atribuição exclusiva da Presidência da República, ouvidos o CGI.br e a Anatel. Isso é importante por uma razão fundamental: a Internet é um serviço de valor adicionado, não sujeito à regulação de telecomunicações, conforme definido quando da criação do CGI.br em maio de 1995 pela Norma 4 do governo federal. Deste modo, qualquer regulação sobre o assunto não pode ser definida pela agência que trata de telecomunicações – no entanto, há aspectos que precisam ser considerados para a qualidade de qualquer serviço que utilize como transporte as redes de telecomunicações, e portanto é relevante a presença da Anatel como consultora, junto com o CGI.br, desta atribuição do Executivo.

Outro desafio importante refere-se à interconexão entre redes. A Internet é composta hoje por cerca de 65 mil Sistemas Autônomos (AS). Um AS corresponde a uma rede definida por um conjunto contíguo de endereços IP. Cada uma dessas redes conecta-se a outras tornando esse conjunto de números visível a essas outras redes, de modo



que dispositivos localizados em qualquer uma delas pode conectar-se em princípio a qualquer outro desse conjunto de redes, através dos números IP respectivos. A Internet tecnicamente é o conjunto de todas essas redes interconectadas. Os EUA têm o maior número de ASs ativos (cerca de 22 mil), seguido pela Rússia com cerca de cinco mil e o Brasil com aproximadamente 2,5 mil.

Na Internet mundial de hoje, essa interconexão raramente é entre iguais. Redes especializadas em transporte maciço de dados são de uma escala incomparavelmente maior à da quase totalidade das redes menores. Há hoje 14 grandes redes, denominadas “Tier 1”, pelas quais passa praticamente todo o tráfego internacional de dados da Internet. Uma delas é a Level3, usada aqui apenas como exemplo de escala.

A Level3, com 26,8 terabits por segundo de capacidade bruta total e com 290 mil km de fibra óptica interconectando todos os continentes, entrega cerca de 47 petabytes de fluxos de vídeo mensalmente. Se um usuário vê vídeos da Apple TV, da Netflix, Youtube, Vimeo e outros, é quase certo que os bits correspondentes passaram por algum ramo da rede da Level3 -- seja para chegar ao servidor-espelho mais próximo de você, ou diretamente de um datacenter em algum lugar do planeta. A Level3 interconecta mais de 46 mil ASs mundo afora e faz “peering” direto (retransmissão de dados) com 51 grandes redes do plane-

ta, incluindo redes (ou ASs) brasileiras. Esse é um exemplo da escala no topo da estrutura de redes interconectadas da Internet.

É interessante o exemplo da Level3 para lembrar que, tal como outra grande rede “tier 1” (a Cogent) especializada em transporte maciço de dados, ela assinou uma carta à FCC (Federal Communications Commission, agência reguladora de telecomunicações dos EUA), em conjunto com todos os grandes provedores de aplicativos, serviços e informação (Google, Facebook, Amazon, Twitter, Vonage e outros, totalizando 149 assinaturas), manifestando-se fortemente contra a nova diretiva em processo de aprovação pela agência que permite que as operadoras de banda larga possam cobrar valores adicionais arbitrários das empresas de serviços Internet para dar passagem irrestrita ao tráfego de dados solicitados por seus usuários a essas empresas.

Um exemplo: um usuário da banda larga da Comcast (maior operadora de TV a cabo dos EUA) quer ver um filme da Netflix, mas mesmo tendo contratado banda suficiente com a Comcast, não consegue ver o filme ou este é várias vezes interrompido. Por outro lado, a Netflix já paga um valor por capacidade de trânsito suficiente a uma ou mais das empresas de transporte de dados como a Level3 ou a Cogent. Mas estas não conseguem garantir o trânsito da Netflix à Comcast porque esta última não otimiza a rede para que a banda contratada pelo usuário final seja efetivada para uso de qualquer serviço Internet.

Em resumo: o usuário final já pagou um valor pela banda que contratou, e o fornecedor de serviços (Netflix no nosso exemplo) também já pagou sua parte a um fornecedor de trânsito Internet (Level3 por exemplo). Mas a empresa que fornece banda larga na ponta quer mais dinheiro porque o usuário final está usando a banda que contratou. Empresas como Level3 e Cogent são intermediárias entre essas duas pontas, e defendem que a função dos fornecedores de capacidade de tráfego em qualquer dos trechos da conexão entre o fornecedor de serviços e o usuário final é honrar a capacidade contratada e ponto, de acordo com os princípios de uma Internet livre e aberta que deve garantir o trânsito de dados ponta-a-ponta sem qualquer interferência.

Empresas como Comcast, AT&T, Verizon e outras fornecedoras de banda larga, seja via telefone, fibra ou cabo de TV adotam a mesma prática nos EUA que adotam as transnacionais de telefonia e TV a cabo no Brasil: sobrevender banda na ponta do usuário e subcomprar banda de trânsito das redes de cima. E agora querem que as reguladoras, tanto nos EUA como aqui, autorizem essa prática de arbitrariamente cobrar valores adicionais para priorizar tráfego a certos serviços de Internet em detrimento de outros -- uma violação das regras até agora vigentes de neutralidade da rede da própria FCC.

Essa prática discriminatória e arbitrária vai impactar diretamente na inovação da rede. Um novo serviço, sem a escala devida, não terá recursos para pagar pelo trânsito às operadoras de banda larga, e poderá ser vítima de seu próprio sucesso, ao ver o acesso de seus clientes cada vez mais degradado na medida que a demanda aumenta, mesmo tendo contratado capacidade suficiente com um fornecedor de trânsito. No exemplo citado, a Netflix acabou, sob protesto, pagando por uma conexão direta à rede da Comcast, e isso já causou em um aumento da mensalidade fixa que a Netflix cobra de seus usuários.

Mas as operadoras querem mais. Tanto na Europa como no Brasil e nos EUA lutam para que seja permitido bisbilhotar e manipular o tráfego de dados de seus usuários, alegando que empresas de serviços como Google e Facebook fazem isso. Assim, a neutralidade da rede do lado do usuário estaria também comprometida pela manipulação e monetização arbitrária de seu tráfego na conexão de banda larga, lembrando que, se o uso de serviços como Google ou Facebook é gratuito e não obrigatório, a conexão à Internet é paga e obrigatória para que o usuário possa usufruir dos serviços.

O Marco Civil procura impedir essas práticas discriminatórias e arbitrárias cujos custos (tanto monetários como de qualidade de serviço) acabam sempre sobrando para o elo mais fraco da cadeia -- o usuário final.

Carlos A. Afonso, pesquisador do Instituto Nupef do Rio de Janeiro e membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

NOSSO PORTFÓLIO DE PRODUTOS AUMENTOU

NOVOS PRODUTOS E
UMA NOVA MARCA.



vendas@generalcablebrasil.com



INDÚSTRIA

OFFSHORE

ÓLEO, GÁS E PETRÓLEO

CONSTRUÇÃO CIVIL

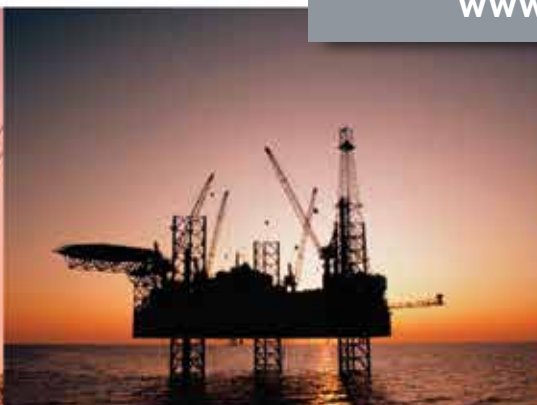
COMUNICAÇÃO DE DADOS

TRANSMISSÃO DE ENERGIA

ENERGIAS RENOVÁVEIS



www.generalcablebrasil.com



Em sintonia com seu corpo

Gear Fit com monitor de batimentos cardíacos*: muito mais liberdade para acompanhar seus movimentos e superar seus limites.

O máximo da vida com
Samsung GALAXY S5



*Este produto não se destina ao diagnóstico, tratamento, cura, prevenção ou à mitigação de doenças ou outras condições. Imagens meramente ilustrativas. Produtos vendidos separadamente.

Gear Fit

samsung.com.br/galaxys5